

RELATÓRIO DE GESTÃO 2017



ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA TOCANTINENSE

RELATÓRIO DE GESTÃO 2017





SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
AÇÕES INSTITUCIONAIS	12
CURSOS PRESENCIAL E À DISTÂNCIA	30
PÓS-GRADUAÇÕES LATO E STRICTO SENSU	53
EVENTOS	59
RELATÓRIO DE ATIVIDADES	71





INSTITUCIONAL

A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), órgão do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, foi criada em 1998, em cumprimento ao preceito constitucional contido no artigo 93, inciso II, alínea “c”, e inciso IV, da Constituição da República Federativa do Brasil, em sua redação original. No âmbito estadual, sua regulamentação se deu com a Resolução nº 005, de 1998, do órgão Especial do Tribunal de Justiça. A Escola é uma instituição de ensino superior governamental credenciada desde 2011 no Conselho Estadual de Educação por meio do Decreto nº 4.326, de 21 de junho de 2011, avaliada com nota 5, dotada de certificação internacional ISO 9001:2008 além de integrar o sistema e-Mec e a Plataforma Sucupira da Capes.

A Esmat é dotada de autonomia financeira, vinculada ao Poder Judiciário do Estado do Tocantins, e tem como finalidade precípua assegurar a formação e o aperfeiçoamento dos magistrados e servidores, sendo elemento essencial ao aprimoramento da prestação jurisdicional. É, portanto, uma Escola de Governo. Com vista a alcançar bons resultados no cumprimento das suas obrigações institucionais, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) estabeleceu e definiu como referenciais estratégicos, MISSÃO, VISÃO, VALORES E POLÍTICA DE QUALIDADE. Conheça-as:

Missão:

“Formar e aperfeiçoar magistrados e servidores em busca de boas práticas e da excelência da prestação jurisdicional.”

Visão:

“Ser reconhecida pela excelência na formação e aperfeiçoamento dos magistrados e servidores, com fomento à pesquisa, extensão e boas práticas, objetivando o aprimoramento da prestação jurisdicional.”

Valores:

ÉTICA – MORAL – URBANIDADE – COMPROMETIMENTO – RESPONSABILIDADE – COOPERAÇÃO – INOVAÇÃO – SOLIDEZ

Política de Qualidade:

“Atender às necessidades de magistrados e servidores na sua formação e aperfeiçoamento, respeitando os requisitos vigentes do Poder Judiciário, colaborando com a eficácia na prestação jurisdicional por meio da melhoria contínua de seus processos.”

Composição ESMAT

CONSELHO INSTITUCIONAL E ACADÊMICO

Presidente do Conselho
Desembargador José de Moura Filho

Diretor Geral
Desembargador Marco Villas Boas

1ª Diretora Adjunta – Conselho Editorial
Desembargadora Etelvina Sampaio Felipe

2º Diretor Adjunto – Conselho de Cursos
Juiz José Ribamar Mendes Júnior

3º Diretor Adjunto – Conselho de Altos Estudos e Pesquisa Científica
Juiz Wellington Magalhães

ASMETO
Juíza Julianne Freire Marques

Diretor Geral TJTO
Francisco Cardoso

DIRETORIA

Diretor Geral
Desembargador Marco Villas Boas

1ª Diretora Adjunta – Conselho Editorial
Desembargadora Etelvina Sampaio Felipe

2º Diretor Adjunto – Conselho de Cursos
Juiz José Ribamar Mendes Júnior

3º Diretor Adjunto – Conselho de Altos Estudos e Pesquisa Científica
Juiz Wellington Magalhães

Diretora Executiva
Ana Beatriz de Oliveira Pretto

Assessora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
Maria Luiza C. P. Nascimento

Assessora Acadêmica e Pedagógica
Débora Regina Honório Galan

EQUIPE TÉCNICA

Alessandra Viana Malta
Andréia Teixeira Marinho Barbosa
Anna Paula A. M. Falcão Coelho
Bruno Odate Tavares
Cynthia Valéria C. Aires
Deusdymar Bezerra Sales
Ednan Oliveira Cavalcanti
Elaine Andrade P. S. Medeiros
Eugenia Paula Meireles Machado
Fernando Silva Noletto
Francisco Erasmo Batista
Graziele Coelho Borba
Irla Honorato Oliveira
Jadir Alves de Oliveira
João Leno Tavares Rosa
José Luis Ribeiro
Júlio César Pereira de Oliveira
Lílian Gama da Silva
Lily Sany Silva Leite

EXPEDIENTE

Supervisão: Lily Sany Leite
Redação: Alessandra Malta
Arte e Diagramação: Roberto Pires
Revisão Ortográfica: Maria Ângela B. Lopes
Fotos: Ednan Cavalcanti, Rondinelli Ribeiro e Marcos Carneiro

Lucilene aparecida da Silva
Marcela Santa Cruz Melo
Marcos Adão Pereira Carneiro
Maria Ângela Barbosa Lopes
Maria Edna de Jesus Dias
Mária Rúbia G. da Silva Abalem
Neuton Pereira Melo Junior
Paulo Ricardo Nardes Marques
Roberto Carlos Pires
Rosete de Farias Meireles
Ruto César Moreira Costa
Silvana Carvalho de Castro Pires
Silvânia Melo de Oliveira Olortegui
Sonia Claudia Bezera Sales
Taynã Nunes Quixabeira
Thales Alves de Almeida
Thelni Vloso de Sousa
Vanice Lunkes Gotz
Vinícius Fernandes Barboza



APRESENTAÇÃO

Este Relatório consolida as atividades da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) no ano de 2017 e contempla, de forma abrangente, as realizações de uma Gestão que busca a excelência para realizar e avançar nas ações de formação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores, de maneira dinâmica e conectada com as necessidades da jurisdição.

Neste ano, pudemos realizar, mais uma vez com excelência, concorridas palestras, congressos, seminários, cursos presenciais e à distância, quando foram debatidos temas atuais e de suma importância para os profissionais do Direito que contribuíram para o alcance dos objetivos propostos no Planejamento Estratégico do Poder Judiciário Tocantinense.

No ano de 2017, grandes conquistas reafirmam ser a Esmat uma escola-modelo no Brasil. Uma delas foi a manutenção da certificação ISO 9001. A permanência da certificação é sinal notório do amadurecimento do sistema de gestão pautado nos requisitos da norma, e garante que o dia a dia seja norteado dentro das práticas ideais, com eficiência e eficácia em todos os processos pertencentes à organização. Outro destaque foi a conquista da nova sede da Escola, que, com estrutura moderna e adequada, passou a oferecer aos seus alunos mais conforto e qualidade.

Concluimos na certeza de que a Esmat atuou com excelência no processo contínuo de ensino-aprendizagem e, somado ao profissionalismo dos formadores, da equipe operacional, e ao interesse instigante dos alunos, cumpriu mais uma vez a sua missão formativa.

Desembargador Marco Villas Boas
Diretor Geral da Esmat



AÇÕES INSTITUCIONAIS



DIRETORIA DA ESMAT TOMA POSSE PARA BIÊNIO 2017-2019

No dia 1º de fevereiro de 2017, o desembargador Marco Villas Boas foi reconduzido ao cargo de diretor geral da Esmat para um novo biênio. Ao seu lado, foi eleita a desembargadora Etelvina Sampaio Felipe como primeira diretora adjunta da Esmat – Conselho Editorial. As eleições aconteceram durante a Sessão Solene realizada no Pleno do Tribunal de Justiça que empossou a nova Mesa Diretora do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO).

Como diretor geral, o desembargador Marcos Villas Boas deu posse, no dia 17 de fevereiro, ao juiz Wellington Magalhães, titular da comarca de Cristalândia, como terceiro diretor adjunto da Esmat – Conselho de Altos Estudos e Pesquisa Científica. O novo diretor adjunto afirmou sua alegria em fazer parte dessa equipe e ressaltou que “Com respeito e compromisso

pela excelência na formação de magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado do Tocantins iremos continuar exercendo um excelente trabalho”.

O Conselho Institucional e Acadêmico ficou assim constituído: presidente do Conselho – desembargador José de Moura Filho; Diretoria Geral – desembargador Marco Villas Boas; 1ª Diretoria Adjunta – Conselho Editorial, desembargadora Etelvina Sampaio Felipe; 2ª Diretoria Adjunta – Conselho de Cursos, juiz José Ribamar Mendes Júnior; 3ª Diretoria Adjunta – Conselho de Altos Estudos e Pesquisa Científica, juiz Wellington Magalhães; ASMETO – juíza Julianne Freire Marques; Diretoria Geral TJTO – Francisco Cardoso.

MEDALHÃO ESMAT É OUTORGADO A PROFESSORES PORTUGUESES

Os doutores Rui Rodrigo Firmino Guerra da Fonseca e José Alexandre Sousa Pinheiro, professores da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, estiveram no Brasil para ministrar aula no curso de Pós-Graduação em Direito Constitucional promovido pela Esmat. A outorga do Medalhão foi realizada pelo desembargador Marco Villas Boas, considerando os relevantes serviços prestados pelos professores portugueses à Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) e ao Poder Judiciário deste Estado, e sua contribuição para o aperfeiçoamento das Ciências Jurídicas.

O professor Rui Guerra da Fonseca é doutor em Direito na área de Ciências Jurídico-Políticas e Autonomia Estatutária das Empresas Públicas e Descentralização Administrativa; e o professor José Alexandre Sousa Pinheiro é doutor em Direito com a dissertação “Privacy e Proteção de Dados: a construção dogmática do direito à identidade informacional”.





REVISTA ESMAT RECEBE ENQUADRAMENTO NO ESTRATO B5 DO QUALIS CAPES

Grande conquista para a Escola Superior da Magistratura Tocantinense, a Revista ESMAT recebeu enquadramento do Qualis no estrato B5 em março, e B4 em junho deste ano de 2017. As classificações são utilizadas para avaliar a produção científica dos programas de pós-graduação, e o sistema Qualis contribui para aferir a qualidade dos artigos e das revistas científicas.

Segundo Grazielle Coelho, editora executiva da Revista, “Desde 2012 trabalhávamos para incluir a Revista ESMAT no padrão científico internacional, adotado pelas melhores revistas brasileiras, com o objetivo de elevar nosso estrato Qualis. Muitas mudanças foram realizadas nesse período. Conseguimos ajustar o processo editorial para alcançar exogenia de autores; exogenia do conselho editorial e corpo de pareceristas; editor científico; indexação em bases internacionais e nacionais; publicação semestral (mínima para aumento de estrato), dentre outros. Sem dúvida esse é um importante avanço”, frisou a editora.

A Revista ESMAT, vinculada desde 2016 ao Programa de Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, passa também por outra etapa importante, qual seja, fase final de indexação na base de dados do Directory of Open Access Journals (DOAJ), importante fonte internacional que irá contribuir muito para a visibilidade do periódico.

Por meio da Resolução nº 44, de 7 de dezembro de 2017, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, desembargador Eurípedes Lamounier, oficializou a criação do projeto tão sonhado para a Esmat: a sua Editora própria. A Escola já pode trabalhar na promoção de publicação e socialização dos trabalhos acadêmicos, técnicos, históricos e culturais, consubstanciados na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e aprimoramento profissional.



MINISTRO DO STJ VISITA SEDE DO TJTO E RESSALTA MESTRADO DA ESMAT

O ministro Nefi Cordeiro, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), realizou uma visita institucional em março de 2017 ao Tribunal de Justiça do Tocantins. Durante a visita de cortesia, o ministro elogiou o trabalho da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) e a oferta do Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos.

“Ter o Mestrado aqui é motivo de orgulho, sendo que só existem dois como este, no Brasil”, disse o ministro.

DIRETORES DA ESMAT PARTICIPAM DO XLV ENCONTRO DO COPEDEM



Diretor geral da Esmat e vice-presidente do Copedem, desembargador Marco Villas Boas, e a diretora executiva, Ana Beatriz Pretto, prestigiaram a solenidade de abertura do XLV Encontro do COPEDEM e contribuíram para essa importante realização. Em seu pronunciamento, o presidente do Colégio, desembargador Antonio Rulli Junior, ressaltou a importância da realização dos encontros com vista a fortalecer as Escolas Judiciais e da Magistratura.

“É importante ressaltar neste encontro a grande conquista obtida, no Ministério da Educação, por meio do trabalho incansável dos desembargadores Marco Villas Boas e Eurico de Barros Correia Filho, a qual resultou na edição da Portaria que prevê a realização de programas de doutorado profissionalizantes”, finalizou o presidente.



CONSELHO INSTITUCIONAL REALIZA A SUA 30ª REUNIÃO

No dia 6 de junho de 2017, foi realizada a 30ª Reunião Virtual do Conselho Institucional e Acadêmico da Esmat para discussões e deliberações. Na oportunidade, foi apresentada Minuta do Termo de Cooperação com a Escola Nacional da Magistratura (ENM). O diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, ressaltou que “A parceria possibilitará o uso do sistema educação à distância para promoção de cursos conjuntos de nível nacional”.

Entre outros assuntos, o desembargador Marco Villas Boas noticiou que se encontra sob análise a abertura de uma turma de Mestrado Profissional em Informática, ampliando a parceria da Esmat com a Universidade Federal do Tocantins (UFT). “Sem dúvida esse seria mais um grande investimento da Escola”, finalizou o diretor geral.

DIRETOR DA ESMAT PARTICIPA DE ENCONTRO COM O PRESIDENTE DO TSE

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Gilmar Mendes, esteve em Palmas para a solenidade de encerramento do Projeto Tocantins 100% Biométrico, realizada no Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE-TO).

O diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, à época membro eleito do TRE, esteve presente e prestigiou o momento em que o ministro ressaltou que “O sucesso do trabalho no Tocantins certamente é resultado da união de esforços e do empenho de magistrados, servidores e colaboradores, além do apoio imprescindível de toda a comunidade e dos cidadãos que responderam ao chamado da Justiça Eleitoral para realizar o cadastramento”.





DIRETOR ADJUNTO DA ESMAT RECEBE DIPLOMA DE ROTAMZEIRO HONORÁRIO

No dia 6 de junho, o primeiro diretor adjunto da Esmat, juiz José Ribamar Mendes Junior, foi homenageado em solenidade realizada no Batalhão de Polícia Militar de Rotam, em Goiânia-GO, com o Diploma de Rotamzeiro Honorário, com respectivo distintivo de 6º Homem de Equipe de Rotam. O Diploma foi entregue pelo tenente-coronel Newton Nery de Castilho, comandante do BPMRPTAM.

A Justiça Militar do Tocantins é a primeira do Brasil a trabalhar 100% com processo eletrônico, servindo de referência para o Superior Tribunal Militar e Tribunal de Justiça de Minas Gerais. “Profissionais dessas instituições estiveram no Tocantins para conhecer o nosso trabalho eletrônico e saíram impressionados com o resultado”, finalizou o juiz Ribamar.

DIRETORES DA ESMAT PARTICIPAM DO X DIÁLOGO AMBIENTAL NA ESPANHA



Realizado nos dias 29 e 30 de junho de 2017, com o tema Estado de Direito Socioambiental – O Encontro de Soluções para as Crises Climáticas, Sociais e Jurídicas –, o evento contou com a participação do diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, que, no Painel Ambiental, proferiu palestra com o tema O Estado Socioambiental de Direito na Constituição do Brasil.

Durante o Evento, o 3º diretor adjunto da Esmat, juiz Wellington Magalhães, apresentou artigo com o tema Eficácia da Mediação como Instrumento de Pacificação Social em Demandas de Grande Repercussão. A professora do Mestrado ESMAT/UFT, Angela Issa Haonat, também participou do Seminário, com o tema Aspectos Controvertidos na Legitimidade Ativa da Propositura da AIME.

O Evento aconteceu em Tarragona com apoio do Centre d'Estudis de Dret Ambiental de Tarragona (CEDAT), na sede da Universitat Rovira I Virgili (URV).

DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS TOMA POSSE NO TRE-TO

Durante a sessão solene para escolha da Mesa Diretora do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE-TO), no dia 4 de julho de 2017, os membros elegeram o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, para presidir a Corte durante o biênio 2017-2019.

Em seu discurso de posse, o desembargador Marco Villas Boas elogiou o trabalho de sua antecessora, desembargadora Ângela Prudente, destacou os avanços da Justiça Eleitoral nos últimos anos e o aprimoramento das ações. Citou que, em 2005, o Tribunal iniciou a implantação do Sistema de Gestão da Qualidade. “Em seguida, iniciamos a biometria e encerramos o biênio 2011-2013 com 36% de eleitores biometrizados. Recebo da minha antecessora um Tribunal melhor ainda. Temos muito trabalho pela frente. Muito nos preocupa a situação política pela qual passa o Brasil”, disse.



COMPOSIÇÃO

Além do presidente eleito, desembargador Marco Villas Boas, compõe a Corte a desembargadora Ângela Prudente, no cargo de vice-presidente, acumulando ainda as funções de corregedora eleitoral e diretora da Escola Judiciária Eleitoral (EJE) para o biênio 2017-2019. A Vice-Corregedoria ficará sob a condução da juíza federal Denise Drumond. A Ouvidoria Eleitoral, com o juiz membro Agenor Alexandre. À frente da Diretoria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral (EJE) estará o juiz membro Henrique Pereira dos Santos.



PALESTRA “CRIMES CONTRA A DEMOCRACIA” É MINISTRADA PELO DIRETOR GERAL DA ESMAT

No dia 15 de setembro de 2017, o desembargador Marco Villas Boas ministrou a palestra Crimes Contra a Democracia, no II Congresso Tocantinense de Ciências Criminais. O Evento se deu no Auditório Cuica, da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Na ocasião, o desembargador frisou a importância de cada cidadão ter noção do valor do seu voto dentro do sufrágio, e a garantia que a Constituição dá aos cidadãos de exercerem sua liberdade de expressão. “Atualmente, nem todos os cidadãos estão engajados no processo político eleitoral, seja por apatia, por receio de pressões, ou por não se sentirem livres e seguros para se manifestarem, mas é preciso que eles saibam que a Constituição garante a liberdade de manifestação, para que todos possam interagir dentro do sistema democrático”, explicou o diretor.

O professor doutor Tarsis Barreto, que faz parte da organização do Congresso, ressaltou que a presença do diretor da Esmat foi de grande valor para as discussões tratadas no Evento. “O desembargador possui um grande currículo tanto no âmbito profissional quanto no âmbito acadêmico, podendo proporcionar aos alunos uma boa reflexão acerca do assunto”, comentou.

DIRETOR ADJUNTO PARTICIPA DO II CONGRESSO TOCANTINENSE DE CIÊNCIAS CRIMINAIS

O diretor adjunto da Esmat, juiz José Ribamar Mendes Junior, presidiu a Mesa da palestra apresentada pelo professor doutor Tarsis Barreto, no II Congresso Tocantinense de Ciências Criminais, no Auditório Cuica, da Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Campus Palmas.

A palestra teve como tema “O Futuro do Direito Penal”. Durante a apresentação foram abordadas as principais tendências punitivas do sistema penal na atualidade e a crise das teorias legitimadoras da pena, bem como os desafios e perspectivas do Direito Penal brasileiro para os próximos anos.





DIRETOR GERAL DA ESMAT PÚBLICA CAPÍTULO NO LIVRO MEMORIAL DE MINISTROS

O desembargador Marco Villas Boas é autor de um capítulo do Livro Memorial de Ministros – Catálogo Alfabético dos Ministros de Letras –, com a relação dos juízes de direito e desembargadores, de 1544 a 1822, coedição da Biblioteca Nacional de Portugal e do Copedem, Editora Clássica, Rio de Janeiro. O tema publicado foi Os juízes Portugueses e a Autonomia do Tocantins.

O livro foi encontrado na biblioteca do Mosteiro de Alcobaça, em Portugal. Seu estudo e sua transcrição duraram cerca de quatro anos, realizados pelo professor Nuno Camarinhas. A obra, coedição da Biblioteca Nacional de Portugal e do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM), apresenta a relação dos juízes e desembargadores que judicaram no Brasil, de 1544 a 1822.

O Memorial conta com dois volumes, que totalizam 1.944 páginas, com a relação de 6.600 nomes de juízes e desembargadores, todos graduados na Universidade de Coimbra ou em outras da Europa, e escolhidos em concurso pelo rei de Portugal.



GESTÃO DA QUALIDADE DA ESMAT CONFIRMA SUA MANUTENÇÃO DA CERTIFICAÇÃO ISO 9001

Em agosto deste ano, a Escola passou por auditoria interna, conduzida pelo coordenador de Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça, José Eudacy Feijó Paiva, também consultor da implantação da ISO no Sistema de Gestão da Qualidade do Tribunal de Justiça do Tocantins. O trabalho orientou os gestores da qualidade para a próxima etapa, qual seja, a auditoria externa.

Após análise cuidadosa e sistemática realizada em auditoria externa, nos dias 21 e 22 de setembro, pelo auditor José Luiz Silva Junior, a Esmat teve confirmada a manutenção da certificação do Sistema de Gestão da Qualidade ISO 9001:2008. A permanência da certificação é um sinal notório do amadurecimento do sistema de gestão pautado nos requisitos da norma, e garante que o dia a dia seja norteado dentro das práticas ideais, com eficiência e eficácia a todos os processos pertencentes à organização.

Para o diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, a manutenção do certificado confirma o padrão de excelência dos serviços oferecidos aos magistrados e servidores. “Esta conquista é resultado do esforço diário de toda a equipe, que não mede esforços para oferecer a excelência em todas as ações efetivamente realizadas”, afirmou.

Em busca de melhorias, a Esmat já se prepara para realizar a migração da versão 2008 para a 2015 e passar a adaptar os processos de Gestão da Qualidade a partir das diretrizes da ABNT NBR ISO 9001:2015.





PRESIDENTE DO TRIBUNAL FAZ ENTREGA OFICIAL DA NOVA SEDE DA ESMAT

A entrega oficial das novas instalações da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) foi realizada, no dia 29 de setembro de 2017, pelo presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins, desembargador Eurípedes Lamounier. As novas dependências da Escola, a qual tem uma área de 4.455m², contam com estrutura moderna para abrigar seis salas de aula equipadas, oito salas de estudo, estúdio para gravação de conteúdo para ensino à distância, laboratório de informática e auditório com capacidade para acomodar 200 pessoas. Já a biblioteca ganhou amplo espaço físico, e o acervo de livros foi expandido, agora são mais de 15 mil volumes para pesquisa.

“Dedicamos todos os esforços para viabilizar os investimentos necessários para essa mudança, em tempo recorde, pois somos conscientes de que somente um

processo de formação contínuo e eficaz é capaz de proporcionar aos Recursos Humanos do Judiciário o desenvolvimento intelectual capaz de oferecer à sociedade a prestação jurisdicional que ela anseia”, afirmou o presidente do TJTO ao visitar o prédio.

Ressaltando a importância da Esmat para a sociedade, o diretor geral, desembargador Marco Villas Boas, disse que o aperfeiçoamento da Escola representa progresso e efetividade na jurisdição. “Além de promover a formação dos magistrados e servidores, a Escola oportuniza qualificação aos diversos atores do Sistema de Justiça. Continuaremos trabalhando para nos mantermos como referência em instituição de ensino corporativa”, pontuou o diretor.



BIBLIOTECA DA ESMAT: MAIS DE 15 MIL LIVROS DISPONÍVEIS AO PÚBLICO



Para concretizar o objetivo de se tornar uma delegada de Polícia Civil, Cláudia Taíara Santos concilia a rotina de estudos para o concurso público com os conteúdos da reta final da faculdade de Direito. A busca por um local com o suporte ideal para as pesquisas levou a acadêmica à biblioteca da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). A jovem segue um cronograma e, pelo menos três vezes por semana, dedica quatro horas do dia exclusivamente aos estudos. “Escolhi a biblioteca da Esmat por ser totalmente completa. Os livros que encontro aqui não há em outra localidade. No ano passado, quando fiz minha monografia, foi aqui que encontrei todos os autores que deram suporte à minha pesquisa”, afirmou Cláudia.

A Biblioteca da Escola Superior da Magistratura Tocantinense é especializada em Direito, mas também possui obras não jurídicas que servem de apoio à atuação e administração do Poder Judiciário. O Acervo é composto de:

- **Coleção principal** – é predominantemente composta de livros jurídicos, mas também possui obras de áreas afins à atuação e administração do Poder Judiciário e obras de literatura brasileira e estrangeira. Pela Intranet, ainda é possível consultar na BID Fórum 150 obras em direito público da Editora Fórum. Saiba mais sobre a base;
- **Coleção especial** – acervo de obras clássicas e fora de catálogo, com obras de grandes juristas brasileiros – Pontes de Miranda, Ruy Barbosa e Clóvis Bevilacqua – e estrangeiros;
- **Periódicos** – coleção com mais de 100 títulos de periódicos impressos e digitais. Parte dos artigos impressos está indexada, com consulta disponível no catálogo on-line, e parte do acervo é composta pela base de dados Revista dos Tribunais Online.

“São mais de 15 mil livros disponíveis para pesquisa e estrutura renovada para atender ao público. Diariamente atendemos cerca de trinta pessoas. São acadêmicos de várias áreas e universidades diferentes, estudantes da própria Esmat (magistrados e servidores), pessoas da comunidade em geral, pesquisadores, professores e concurseiros”, explica a bibliotecária da Escola, Silvânia Melo.

DIRETOR DA ESMAT É RECONDUZIDO À VICE-PRESIDÊNCIA DO COPEDEM

Em 11 de agosto de 2017, foi realizada, em Brasília-DF, a Assembleia Geral Extraordinária do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM), onde os diretores das diversas escolas estaduais presentes se manifestaram a favor da eleição da Diretoria para o biênio 2017-2019, com a seguinte formação: Antonio Rulli Junior – presidente; Marco Anthony Steveson Villas Boas – vice-presidente; Eurico de Barros Correia Filho – 1º secretário; Paulo Kiyochi Mori – 2º secretário; Marcos Cavalcanti de Albuquerque – 1º tesoureiro; Fernando Tourinho de Omena Souza – 2º tesoureiro.

Na oportunidade, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) foi indicada como subsede do Colégio. “Sem dúvida essa escolha se faz pelo profissionalismo demonstrado pela Escola tocantinense”, ressaltou o presidente reeleito.



ESMAT CRIA PERFIL NO FLICKR

Após criar perfis no Facebook e Youtube, o novo canal de interatividade da Esmat é o Flickr, rede social de armazenamento e compartilhamento de imagens fotográficas. O objetivo é divulgar e partilhar fotos das atividades acadêmicas realizadas pela Escola, como cursos e eventos, disponibilizadas para uso livre (não comercial) de seus alunos. Os registros fotográficos são organizados por álbuns, o que facilita a busca de imagens.

“Pelo Flickr, serão difundidas imagens dos principais eventos internos e externos da Esmat. A atualização será frequente. A plataforma permite comentar, marcar imagem como favorita e compartilhá-la em outras redes sociais, além de fazer o download de todas as fotos do perfil”, ressaltou a diretora executiva da Esmat, Ana Beatriz Pretto.



PADRE DOMINGOS ALBINO DOS SANTOS CUNHA

Em fevereiro, padre Domingos Albino dos Santos Cunha visitou o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Escola, e, na ocasião, o padre presenteou o desembargador com uma coleção completa de suas obras públicas. Domingos Albino dos Santos Cunha nasceu em Viana do Castelo, no norte de Portugal. Estudou filosofia na Universidade Católica Portuguesa, em Braga. Chegou a Fortaleza-CE, em 1985, para dar continuidade à formação e integrar uma comunidade de padres que trabalha a evangelização de jovens: a Comunidade Shalom, que não é a mesma fundada por Moisés Azevedo.

Padre Domingos é especialista em Eneagrama, uma tradição milenar representada por um círculo com uma estrela de nove pontas, sugerindo nove tipos de personalidade: perfeccionista, prestativa, bem-sucedida, romântica, observadora, questionadora, sonhadora, confrontadora e preservacionista.

SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE ESTUDOS DE SAÚDE SUPLEMENTAR

Também em outubro, o superintendente do CEO-IESS, Luiz Augusto Ferreira Carneiro, e o advogado do IESS, Luiz Felipe Conde, visitaram a Escola. O intuito da visita foi o de firmar Termo de Cooperação Técnica, Acadêmica e Científica com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), com vista ao intercâmbio de experiências e de pessoal nos campos da docência, da pesquisa e da cultura.

“É importante criar vínculos e parcerias saudáveis e duradouras e, assim, também colaborar com o crescimento delas. A Esmat é um grande suporte na educação para qualquer instituição”, frisou o desembargador Marco Villas Boas.





DIRETOR GERAL DA ESCOLA JUDICIÁRIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

Em julho, estiveram em visita técnica na Escola Superior a Magistratura Tocantinense (ESMAT) o diretor geral da Escola Judiciária do Tribunal de Justiça do Piauí, desembargador Fernando Lopes e Silva Neto, acompanhado do diretor geral do Tribunal de Justiça do Piauí, Paulo Silvio Mourão Veras; da diretora acadêmica da EJUD, Núbia Fontenele de Carvalho Cordeiro; e da coordenadora pedagógica da Escola, Lucillene Carvalho. Recebidos pelo desembargador Marco Villas Boas, a equipe participou de uma reunião de apresentação a respeito das principais atividades da Escola.

O diretor da EJUD, desembargador Fernando Lopes, ressaltou que “Sempre tive interesse em conhecer a Esmat, pois, em todas as visitas realizadas, fui orientado a visitar o Tocantins por ser esta uma das principais referências no Brasil. Sem sombra de dúvida, posso, agora, confirmar a teoria”, falou o desembargador.

Após a reunião, a equipe, acompanhada da diretora executiva, Ana Beatriz Pretto, e das assessoras Maria Luiza Nascimento e Débora Galan assistiram ao vídeo institucional da Esmat, visitaram todas as dependências desta e tiveram acesso ao quadro de profissionais da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT).



DIRETOR GERAL DA ESCOLA JUDICIAL DE PERNAMBUCO

Com o intuito de conhecer a estrutura e as inovações tecnológicas desenvolvidas pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), em setembro o diretor geral da Escola Judicial de Pernambuco, desembargador Eurico de Barros Correia Filho, acompanhado do chefe do Núcleo Audiovisual, Gleber Novais, visitaram a Escola.

“Fomos recomendados pelo presidente do nosso Tribunal, o desembargador Leopoldo Raposo, que teve a oportunidade de visitar este Estado, para que viéssemos conhecer a estrutura e toda a tecnologia desenvolvida pela Esmat. A tecnologia aplicada, o espaço físico da biblioteca, a Revista ESMAT e como ela é feita, sua captação de artigos e com o enquadramento no estrato B4 do Qualis, tudo é de impressionar. Precisariíamos ver e relatar essa condição para a nossa escola, para que também pudéssemos nos aperfeiçoar nesse campo da tecnologia”.

O desembargador Correia Filho foi recebido pelo diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, e pelos diretores adjuntos, desembargadora Etelvina Sampaio, o juiz José Ribamar e o juiz Wellington Magalhães.

Depois de visitar as dependências da Escola e conhecer os sistemas desenvolvidos, bem como os profissionais que fazem a Esmat, o desembargador reafirmou a importância da visita. Na oportunidade, foi assinado, entre as Escolas, o Termo de Cooperação Técnica, Acadêmica e Científica.



REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)

Em outubro, o diretor da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) recebeu o reitor da Universidade Federal do Tocantins (UFT), professor Luís Eduardo Bovolato, em visita institucional às novas instalações da Escola. A UFT e a ESMAT são parceiras na realização do Programa de Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos.

O pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Raphael Sanzio, e as professoras da UFT/ESMAT, Suyene Monteiro e Renata Rocha, esta a atual coordenadora do Mestrado, acompanharam o reitor.

A visita teve por objetivo a realização de novas ações em conjunto, como a oferta de vagas para Mestrado na área de Tecnologia da Informação, para servidores do Tribunal de Justiça.

“O Poder Judiciário do Tocantins é 100% informatizado, e o Mestrado na área de Tecnologia da Informação seria fundamental para a área-fim e área-meio. Sem dúvida essa seria mais uma ousada iniciativa, fruto da importante parceria com a Universidade Federal do Tocantins”, ressaltou o desembargador.

“Vocês estão muito bem instalados e preparados para realizar qualquer atividade. Essa sem dúvida é uma parceria benéfica para ambos os lados”, frisou o reitor.





CURSOS PRESENCIAIS E À DISTÂNCIA

ANÁLISE DE CENÁRIOS

A tomada de decisão estratégica requer análise assertiva de cenários. Em um período de mais incertezas, esta análise torna-se uma tarefa particularmente complexa. Municar os profissionais com ferramentas analíticas para o gerenciamento de incertezas permite às empresas mais eficácia na projeção de cenários, na definição de estratégias e na tomada de decisões.

O curso Análise de Cenários: técnicas e ferramentas analíticas destinadas ao gerenciamento de incertezas, teve como objetivo proporcionar aos participantes os conceitos e métodos para elaboração do processo prospectivo, especificamente a construção de cenários, como instrumento de exploração de futuras possibilidades, bem como desenvolver uma visão sistêmica de cenários de incerteza que possam impactar nas atividades desenvolvidas. Servidores envolvidos com Planejamento Estratégico e Gestão do Judiciário Tocantinense, alinhado com o Projeto Gestão por Competência, fizeram parte do grupo de participantes do curso, que foi ministrado pela mestra em Inteligência Competitiva e Gestão do Conhecimento, Armelle Nicole Anne Marie Decaup.



PARENTALIDADE E DIVÓRCIO – I CURSO DE FORMAÇÃO DE INSTRUTORES

Magistrados e servidores participaram das atividades do I Curso de Formação de Instrutores da Oficina de Parentalidade e Divórcio, realizado em fevereiro de 2017, na Esmat. A ação foi idealizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como política pública de prevenção e resolução dos conflitos familiares, e teve como principal objetivo a capacitação de instrutores.

A coordenadora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), juíza Umbelina Lopes, ressaltou a importância da iniciativa. “É mais um investimento nas políticas de promoção da cultura de paz e do diálogo. Incentivamos as boas práticas parentais estimulando as famílias a entenderem os efeitos do conflito de modo diferente”, afirmou.



CURSO PRÁTICA DE COMBATE A INCÊNDIO EM ARAGUAÍNA

Realizado na modalidade presencial, com carga horária de 18 horas, o objetivo do curso foi o de capacitar o aluno a vistoriar, organizar e controlar os equipamentos dos sistemas de combate a incêndio, mantendo-os em condições de operação; coordenar taticamente as ações de combate a incêndio; ser capaz de tomar as decisões mais acertadas diante de situações de emergência, utilizando os equipamentos de forma correta nas ações para sua sobrevivência.

O responsável pela aplicação da disciplina foi o professor Antônio Luiz Soares da Silva, pós-graduado em Gerenciamento de Segurança Pública, pela Universidade Estadual de Goiás. Lotado na 3ª Vara Cível de Araguaína, o servidor Elias Mendes Carvalho ressaltou que “A iniciativa veio em uma boa hora, porque eu não tinha noção de como agir em casos de emergência, incêndios e sinistros; tenho certeza de que o que aprendemos aqui será de grande valia”.

CENTRO DE IDIOMAS

No início de 2017, a Escola deu continuidade ao projeto “Centro de Idiomas”, com as turmas de Inglês Intro, Inglês Avançado, Inglês Instrumental, Espanhol Intermediário, Inglês Básico e Francês Básico. Para a servidora Gisele Polidoro, “Quando a Esmat abriu as inscrições para o curso de Inglês, vi a chance de voltar a estudar e concluir o que fizera, uma vez que era compatível com o meu horário de trabalho, e a Escola fornecia o material gratuitamente; fiz o teste de proficiência e iniciei-o. As aulas são ótimas e o material excelente; um curso destes ajuda o servidor a ampliar seus horizontes, tendo a oportunidade de ler livros em outro idioma, conhecer outras culturas. Você se sente valorizado como servidor”, ressaltou a assessora jurídica de 1ª instância lotada no Gabinete da 5ª Vara Cível de Palmas, a qual faz parte da Turma de Inglês Avançado.





DROGAS ILÍCITAS “TRÁFICO X USO”: PARÂMETROS TÉCNICOS E NOÇÕES PRÁTICAS

O curso contou com a participação de magistrados, servidores e assessores de desembargadores e de juizes das Varas Criminais e do Juizado Especial da Infância e Juventude da Comarca de Palmas. O objetivo do curso, coordenado pelo desembargador João Rigo Guimarães, foi o de proporcionar aos magistrados e servidores que trabalham diretamente com os processos criminais conhecimentos referentes aos tipos de drogas ilícitas, seus efeitos e riscos, gerando consciência social e percepções sobre o assunto.

O responsável por aplicar o conteúdo programático foi o delegado de polícia Guilherme Rocha Martins, titular da Delegacia Especializada na Repressão a Narcóticos (DENARC/PCTO), especialista em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos (SENASP). Segundo o professor, “Quem fez o curso vai ter como se utilizar de presunções relativas de condutas que, corroboradas e analisadas no caso concreto, vão facilitar a análise judicial mais justa e coerente de tráfico ou de uso, dando mais segurança jurídica ao processo penal”.

CURSO DE REDAÇÃO OFICIAL É REALIZADO NA ESMAT

Com o objetivo de melhorar a interpretação e elaboração de documentos oficiais (ofícios, relatórios e outros), que levem os servidores a produzir textos com clareza e precisão de ideias, foi realizado o curso de Redação Oficial aos servidores do Poder Judiciário Tocantinense, lotados nas Diretorias do Tribunal de Justiça, Corregedoria Geral, Centro de Educação Infantil e Escola Superior da Magistratura Tocantinense. As aulas foram ministradas pela professora Maria Ângela Barbosa Lopes, licenciada pela “Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná, em 1975. Curso de Licenciatura em Letras – Habilitação Português/Francês e Respectivas Literaturas”.

Para o servidor Valdeir Santana, “Foi de suma importância a oferta deste curso, pois vem ao encontro das necessidades de padronização dos documentos internos do Tribunal de Justiça, no que tange ao emprego das normas e regras gramaticais; a facilidade de a professora transmitir o conhecimento e as dicas por ela apresentadas têm-nos ajudado na edição dos documentos oficiais e alinhamento dos conteúdos”.





SERVIDORES PARTICIPAM DO CURSO ANÁLISE COMPARATIVA DA NBR ISO 9001

A realização do curso Análise Comparativa da NBR ISO 9001, além de propiciar aos servidores da Esmat a identificação de oportunidades de melhoria nos serviços prestados diretamente ao jurisdicionado, ofereceu também metodologia necessária para aperfeiçoar os serviços da Instituição por meio do estudo e entendimento das variações de requisitos normativos, referentes aos processos de crescimento e amadurecimento do seu sistema de gestão da qualidade.

Para o auditor sênior, Ivan Augusto Gonçalves, “O curso ofereceu uma visão abrangente sobre as principais adequações necessárias ao atendimento da nova ISO 9001”. Destacou, ainda, a importância da compreensão sobre a gestão de riscos, integrando-a, a partir da implementação dos requisitos da ISO 9001:2015, em cada um dos processos da Escola.

CURSO EXCEL BÁSICO É REALIZADO NA ESMAT

Servidores do Poder Judiciário Tocantinense, lotados na Diretoria Administrativa, Diretoria de Gestão de Pessoas e Centro de Educação Infantil, participaram do curso que foi promovido com o objetivo de aperfeiçoar conhecimentos relativos ao Excel, fazendo uso das habilidades específicas do programa enquanto ferramenta de cálculo e manipulação de dados, de acordo com procedimentos técnicos e segurança.

As aulas foram ministradas pelo servidor Neuton Pereira Melo Junior, com graduação em Bacharelado em Ciência da Computação pela Universidade Federal do Tocantins. Atualmente é desenvolvedor de sistemas da Escola Superior da Magistratura Tocantinense.





ESMAT TRANSMITE AULA AO VIVO SOBRE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA EXTRAJUDICIAL

Em abril, o curso Correição Geral Ordinária Extrajudicial – Legislação e Prática – foi realizado com o objetivo de capacitar os servidores do Poder Judiciário, vinculados à Diretoria do Foro, para que possam compreender e realizar correições e inspeções nas serventias extrajudiciais de serviços notariais ou de registro.

O curso foi realizado na modalidade EaD, com transmissão ao vivo, do estúdio da Esmat, para as 42 comarcas do Tocantins. As aulas foram ministradas pelos assessores jurídicos, Wagner José dos Santos, Maria Dolores O. da Fonsêca Neta e Vinicius T. de Siqueira, que durante o curso abordaram os temas: Registros Públicos; Registro Civil das Pessoas Naturais; Tabelionato de Notas; Tabelionato de Protesto de Títulos;

Registro de Imóveis; Registro Civil das Pessoas Jurídicas e de Títulos e Documentos.

Para Glacielle Torquato, chefe de gabinete da Corregedoria Geral e mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, “A inovação que a Esmat oferece em oportunizar aulas à distância e ao vivo democratiza o aprendizado e facilita a difusão do conhecimento aos servidores e magistrados do Poder Judiciário, com atuação na capital e nas demais comarcas do Estado para que possam compreender e realizar correições e inspeções nas serventias extrajudiciais de serviços notariais ou de registro”.



TÉCNICA LEGISLATIVA É APRESENTADA EM CURSO

Qualificar a atuação dos participantes no tocante à elaboração de textos normativos, relatórios e pareceres, mediante noções básicas de técnica legislativa foi o objetivo da realização do curso, que aconteceu na sede da Esmat, em maio.

As aulas foram ministradas pelo professor André Leandro Barbi de Souza, especialista em Direito Político, que abordou temas, como: Capacitação, tópicos o processo legislativo e o estado democrático de direito; Noções fundamentais de legística e técnica legislativa: definições e localização do tema no direito positivo; Normas federais, estaduais e regimentais

pertinentes à elaboração de atos normativos; Normas jurídicas: tipologia e hierarquia legal; Elaboração de atos normativos: etapas e cuidados especiais; Ato normativo: formato, articulação e técnica redacional; Alteração e consolidação das leis e de outros atos normativos; Elaboração de relatórios e pareceres: regras fundamentais.

Para a servidora Sheila Nascimento, analista judiciária, o curso “Foi de grande importância, pois trouxe conhecimento da ciência da legislação, com enorme pertinência à atividade desenvolvida pela Corregedoria, a qual é responsável pela elaboração de diversos atos normativos”.



TREINAMENTO DEFENSIVO NA PRESERVAÇÃO DA VIDA – MÉTODO GIRALDI TURMA II

A segunda turma do curso Treinamento Defensivo na Preservação da Vida – Método Giraldi – foi realizada em maio, no Clube de Tiro de Palmas. O objetivo da atividade foi o de desenvolver técnicas de segurança pessoal, tendo em vista a necessidade de fornecer aos magistrados participantes conhecimentos que os auxiliem na garantia de sua integridade física e lhes proporcione, consequentemente, mais segurança e tranquilidade em suas atividades judicantes. As aulas foram ministradas por Márcio Gavioli – instrutor do curso Formação Técnica e Profissional para Agentes de Polícia e Escrivães de Polícia.

Para o juiz José Ribamar Mendes Júnior, coordenador do curso e diretor adjunto da Esmat, “No Poder Judiciário Tocantinense têm magistrados em situação de risco que são atendidos por escolta militar. Não somente o Tocantins, mas também todo o País passa por uma situação desconfortável e preocupante no que tange à segurança pública. Por isso, é muito importante essa realização”.

ESMAT REALIZA CURSO DIREITO AGRÁRIO CONTEMPORÂNEO

Para o diretor adjunto da Esmat, juiz Wellington Magalhães, a ação surgiu ao se considerar “A grande demanda de ações envolvendo conflitos fundiários no estado do Tocantins; e, pela inexistência de uma vara especializada para tais fins é que se justifica a realização do curso Direito Agrário Contemporâneo, o qual contribui para o aperfeiçoamento de magistrados e servidores quanto às questões e demandas inerentes ao Direito Agrário; a proposta se desenvolve como reflexão a partir do curso Aspectos Históricos e Atuais do Direito Agrário, realizado e credenciado na Enfam (2016), porém com um novo formato que contempla até três partes interdependentes”, ressaltou o coordenador.

O curso foi dividido em três módulos, sendo: Módulo I – Conflitos Agrários no Estado do Tocantins e a Atuação das Instituições do Sistema de Justiça; Módulo II – Perícia em Questões Agrárias; e Módulo III – Questões Fundiárias e Registros Notariais. As atividades contaram com a participação de magistrados, procuradores, promotores de Justiça, defensores públicos e advogados.





PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA A APOSENTADORIA (PPA)

Um momento para pensar a aposentadoria como etapa da vida que merece ser planejada. Esse foi o ponto de partida para início das atividades do Programa de Preparação para a Aposentadoria (PPA) 2017. A abertura da programação foi realizada no dia 26 de junho e reuniu magistrados e servidores do Poder Judiciário Tocantinense.

Iniciativa do Tribunal de Justiça do Tocantins, por meio da Diretoria de Gestão de Pessoas, o Programa de Preparação para a Aposentadoria (PPA) é desenvolvido no Estado, desde 2015. Para o presidente do Tribunal, desembargador Eurípedes Lamounier, é de extrema importância o trabalho dos servidores do Judiciário, neste projeto, como colaboradores para a

sociedade. “A aposentadoria é um momento de continuidade da realização profissional, e o Programa oferece aos participantes segurança, tranquilidade e auxílio técnico para a realização de projetos futuros”, ressaltou o presidente.

Leodânia Schaedler Ponce servidora da comarca de Peixe participou das palestras e oficinas do Programa e ressaltou, “Tenho 31 anos de prestação jurisdicional e avalio essa iniciativa como um sinal de cuidado do Judiciário para com os servidores. Essa preparação é importante porque nos ajuda a lidar com o futuro. Estou vivendo enquanto trabalho e quero viver ainda mais depois de me aposentar”.



ATENDIMENTO AO PÚBLICO NO SERVIÇO PÚBLICO –TURMA IV

O curso foi concebido com a finalidade de abordar e ensinar aos servidores conhecimentos, habilidades e atitudes pessoais e profissionais necessárias para o atendimento ao público com qualidade e excelência, expressando-se de forma clara e adequada aos contextos e características socioculturais, respeitando os princípios éticos e estéticos em todos os pontos de contato. Empreendido na modalidade EaD, as aulas foram ministradas pelas professoras Adriana Magna e Esfânia Gonçalves, com transmissão para as 42 comarcas do Estado, e com atividades de interação e avaliação desenvolvidas via Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Para o diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, “O atendimento eficaz melhora a imagem das instituições por meio de atitudes profissionais desenvolvidas tecnicamente; e, além de aprimorar a habilidade das pessoas no relacionamento com seus jurisdicionados, desenvolve, na prática, os instrumentais e métodos da efetiva comunicação interpessoal, conduzindo-os, adequadamente, às exigências na qualidade dos serviços prestados”.

GERENCIAMENTO ÁGIL DE PROJETOS DE SOFTWARE COM SCRUM

O gerenciamento ágil de projetos é uma tendência mundial que cresce ano a ano desde o lançamento do Manifesto Ágil. Dentre os processos ágeis existentes, o Scrum é um dos que tem maior destaque. Refere-se a uma metodologia ágil para gestão e planejamento de projetos de software.

Com a utilização do Scrum, o modelo proposto para o desenvolvimento de software tem o objetivo de possibilitar entregas em menor tempo e com mais valor agregado para o cliente. Durante o curso, foram ministrados os temas: Visão geral de agilidade; O que é agilidade; Agilidade com Lean; O framework Scrum-Time-Boxes; Artefatos do Scrum; As pessoas no Scrum; Praticando Scrum. O curso foi ministrado pelo instrutor e desenvolvedor Lucas Takeshi Rodrigues Palma, e teve como público-alvo os servidores da Diretoria de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça do Tocantins.





1ª TURMA DO CURSO PRÁTICO DE DIREÇÃO DEFENSIVA E EVASIVA PARA MAGISTRADOS

“O cenário atual requer ação imediata do Poder Judiciário, a fim de preparar os magistrados para lidar com situações de risco, até mesmo na direção veicular, a fim de que eles tenham mais segurança”, essas são palavras da coordenadora do curso, juíza Julianne Marques, presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Tocantins (ASMETO).

O curso Prático de Direção Defensiva e Evasiva para Magistrados apresentou temas específicos; associou dirigibilidade e segurança pessoal; imprimiu técnicas aprimoradas de direção e segurança em situações de alto risco; e transmitiu conhecimentos desde a orientação geral e preparação do veículo até a melhoria do nível de habilidades práticas no domínio do veículo e evasão tática em situações de emboscada, retaliações ou tentativas de sequestro.

Ministraram o curso o especialista em Docência do Ensino Superior pelo IGA_PMTO, graduado em Segurança Pública, com formações técnicas como instrutor de trânsito do Denatran, Teobaldo Bento Vieira; o especialista em Gestão e Segurança no Trânsito pela Univali (SC), Dorivan Rodrigo Marques; e o instrutor de Direção Defensiva em Centro de Formação de Condutores, e de Legislação de Trânsito da CFC Supervia, Adalberto Arruda Alencar.

O juiz Roniclay Alves de Moraes, participante do curso, frisou que “Essa atividade foi extremamente importante para a segurança dos magistrados. Durante as aulas, são treinadas situações que podem acontecer no dia a dia, mas que sem as técnicas passadas no curso jamais seriam, por nós, executadas”.

EQUIPE ESMAT PARTICIPA DO CURSO GESTÃO DA EDUCAÇÃO CORPORATIVA

Os servidores da Esmat atuam o ano inteiro na realização de cursos de formação e aperfeiçoamento. Em junho, foi a vez de eles receberem o investimento em capacitação e qualificação para o aprimoramento de suas atividades.

O curso Gestão da Educação Corporativa foi estruturado com o propósito de preparar os servidores para a concepção e desenvolvimento de programas e projetos de educação corporativa coerentes com a complexidade do contexto corporativo, pautados pela visão estratégica da Instituição, suas demandas e necessidades, de maneira a contribuir com o desenvolvimento das competências necessárias ao alcance das metas do planejamento estratégico da Esmat.



As aulas foram ministradas pela professora doutora Marisa Pereira Eboli, referência da área no Brasil. “A Educação Corporativa envolve diversos campos disciplinares e tem por objetivo desencadear processos de ensino-aprendizagem focados nas demandas da Instituição, de forma a alinhar o desenvolvimento do capital humano às estratégias institucionais. As mudanças recentes levam as instituições a implantarem sistemas educacionais que privilegiem o desenvolvimento de atitudes, posturas e habilidades. Em um ambiente corporativo demanda-se um colaborador e, além das competências técnicas, outras qualidades, como independência, autonomia, criatividade, capacidade de comunicação e de iniciativa”, frisou a ministrante.

Para o diretor geral da Escola, desembargador Marco Villas Boas, “Dessa forma, é oportunizada a todos os integrantes a percepção do importante papel da Esmat no processo de implementação da estratégia do Poder Judiciário”, ressaltou.



ESMAT PROMOVE O CURSO NOVO PROCESSO CIVIL – TEORIA E PRÁTICA

Ministrado pelo doutor e mestre em Direito Processual Civil, pela Universidade Federal do Paraná, juiz federal Vicente de Paula Ataíde Junior, o curso oportunizou 595 vagas a magistrados e servidores do Poder Judiciário Tocantinense.

Com turmas na modalidade EaD e presencial, as atividades do curso foram divididas em cinco módulos: Introdução ao Novo CPC – o novo modelo de processo civil democrático e Tutela Provisória; Processo de Conhecimento; Recursos e Precedentes; Cumprimento de Sentença; e Processo de Execução baseada em Título Executivo Extrajudicial. O objetivo do curso foi o de propiciar um panorama sobre as principais

alterações ocorridas no sistema processual civil com a nova codificação.

“Sabemos as dificuldades de muitos profissionais de se deslocarem de suas cidades para realizar o curso em Palmas. Essa é sem dúvida uma grande oportunidade que a Esmat oferece usando sua tecnologia de ponta para que todos possam se qualificar e conhecer as inúmeras novidades que precisam ser implementadas, exigindo uma capacitação completa para todos aqueles que atuam no processo civil, tanto em primeiro como em segundo grau”, ressaltou o magistrado Esmar Custódio Vêncio Filho, coordenador do projeto.



FORMAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS EM CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

Com o objetivo de capacitar os juízes de direito em conciliação e mediação, com vista à consolidação da Política Judiciária de Tratamento Adequado dos Conflitos, no âmbito do Poder Judiciário Tocantinense, é que a Esmat realizou o curso Formação em Políticas Públicas em Conciliação e Mediação. Curso este credenciado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), nos termos da Portaria nº 140.

Durante o curso, foram explanados os temas: Cultura de Paz e Métodos de Solução de Conflitos; e Aspectos Legais e Procedimentos acerca da Mediação e Conciliação. Para o mestre em Direito Econômico Social, Roberto Portugal Bacellar, que ministrou o tema Cultura de Paz e Métodos de Solução de Conflitos, “É relevante a participação dos juízes neste curso, uma vez que essa atividade é reflexiva o tempo todo. Refletimos aqui sobre qual é o nosso papel na sociedade, não só como juiz julgador de casos, mas também que sabe lidar com a complexidade de outros conflitos. Muitas vezes, a sentença é necessária, mas sempre que esta não for, o juiz tem de encontrar uma solução que faça sentido para as pessoas”.

CURSO RETENÇÃO DE TRIBUTOS

O curso foi disponibilizado para servidores do Poder Judiciário Tocantinense que exercem função de escrivão judicial. As aulas aconteceram em setembro e teve como objetivo capacitar os servidores acerca dos conceitos básicos de Precatórios e RPV; Retenção de Tributos sobre Precatórios; Prática no Preenchimento do Alvará Eletrônico e Guia de Depósitos Judiciais, buscando seu aperfeiçoamento na busca da eficiência, eficácia e efetividade dos atos processuais, resultando em qualidade na prestação jurisdicional.

O juiz José Ribamar Mendes Junior, diretor adjunto da Esmat, ressaltou que, “Diante do início da operacionalização de ferramenta eletrônica, faz-se necessário capacitar e orientar os escrivães judiciais, em virtude de novos procedimentos a serem adotados pelo Tribunal de Justiça, concernentes à aplicação das retenções de tributos (contribuição previdenciária e imposto de renda) sobre precatórios e RPV, bem como para auxiliar no preenchimento de formulário do Alvará Eletrônico e guias de Depósitos Judiciais”.



MAGISTRADOS PARTICIPAM DO CURSO ENEAGRAMA



Com o objetivo de desenvolver nos participantes o autoconhecimento e aperfeiçoamento de habilidades de Gestão de Pessoas, tornando-os mais conscientes da influência que exercem no desempenho das equipes de trabalho, é que magistrados do Poder Judiciário Tocantinense, especialmente os juízes coordenadores dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs), e diretores de Foros participaram do curso Eneagrama que aconteceu nos meses de agosto, outubro e novembro.

A atividade foi ministrada por Cláudia Maria de Melo, especialista em Eneagrama, pelo IESh, de Fortaleza; Coach, pela Sociedade Brasileira de Coach, de São Paulo; e por Domingos Cunha, fundador do Instituto Eneagrama Shalom, membro fundador da Associação Brasileira de Eneagrama, onde exerceu a função de presidente da Associação Brasileira de Eneagrama (IEA – Brasil).





CURSO GESTÃO DE PESSOAS

Desenvolver a competência gestão de pessoas para promover habilidades na aplicação de métodos, políticas, técnicas e práticas definidas, com o objetivo de administrar os comportamentos internos e potencializar o capital humano na instituição é que a Esmat realizou, em setembro, o curso Gestão de Pessoas.

Durante as atividades foram abordados temas como: Conceitos: chefe, gerente e líder; Reflexão utilizando o modelo 6w, a respeito de nosso papel como gestor de equipe e/ou da nossa própria vida; Comportamentos que compõem cada conceito na prática; A função de supervisão e a função de liderança; Metodologia FOCO; Os sete hábitos de pessoas altamente eficazes; Inteligência emocional – ações e reações; Níveis neurológicos: Robert B. Dilts; Processos de feedback: dar e receber.

As atividades foram ministradas pela mestre em Psicologia Social, Evanuzia Luzia de Oliveira. “O essencial para gerir pessoas é compreender o comportamento humano, lidar com suas diferenças, saber dar e receber feedback para o desenvolvimento dessas competências, e traçar um plano de desenvolvimento”, frisou a mestre.

Para a servidora Simone Langhinotti, do Juizado Especial Criminal da Comarca de Porto Nacional, “Essa foi uma grande oportunidade para nos reciclarmos. Oportunidade única para conhecermos técnicas que poderemos aplicar em nosso dia a dia. Como gestora, passamos a ver tudo de forma diferente e a perceber que muitas coisas são possíveis de ser implementadas em nosso ambiente de trabalho, e isso poderá mudar essa imagem desgastada que muitas vezes a sociedade tem de nós”.

ESCOLA REALIZA O CURSO FORMAÇÃO DE FORMADORES

A turma II do curso Formação de Formadores teve como público-alvo magistrados e servidores atuantes no planejamento e execução de ações de formação de juízes, preferencialmente os que irão ministrar aulas na Pós-Graduação de Prática Judiciária do Programa de Residência e os egressos das Pós-Graduações Lato e Stricto Sensu. O curso visa capacitá-los como formadores, objetivando o desenvolvimento contínuo de competências profissionais referentes à docência e à organização do trabalho pedagógico de formação de magistrados. Os módulos dessa turma aconteceram em outubro, novembro e dezembro de 2017 e será encerrado em fevereiro de 2018.

Na oportunidade da realização do curso, foi lançado o Livro Platão e a Dialética, do professor doutor César Nunes, que contou com a participação dos alunos e do diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas.



“Escrever um livro é um ato de esperança de que os amigos, as amigas, as pessoas, enfim, possam ler e estabelecer um diálogo profundo, que nasce da alma e a ela retorna! Escrever um livro sobre o Amor, a natureza do Amor, é um convite a todas as pessoas celebrarem a vida! Venham partilhar comigo desse momento de celebração. Um livro só se realiza quando é acolhido, lido, incorporado”, ressaltou o autor César Nunes.

Para um dos alunos do curso, o juiz Océlio Nobre, “O curso é extremamente importante porque desenvolve habilidades didáticas no corpo docente da Escola, especialmente daqueles encarregados do processo futuro de formação, atendendo, assim, às diretrizes da Enfam e avançando no processo vanguardista da Esmat, no que diz respeito à difusão do conhecimento”.



CURSO FORMAÇÃO DE FACILITADORES RESTAURATIVOS

Capacitar os participantes para atuarem como facilitadores e multiplicadores das práticas restaurativas, com enfoque teórico e prático, a fim de estruturar o programa restaurativo implementado pelo Tribunal de Justiça, bem como atuarem nos projetos Agentes da Paz e Aplicação de Círculos Restaurativos nas ações penais; este foi o objetivo do curso Formação de Facilitadores Restaurativos – Turma II.

O curso contou com a participação de magistrados e servidores que atuam nas Varas Criminais e de Execução Penal; Vara de Combate à Violência Doméstica; Central de Execuções de Penas e Medidas Alternativas (CEPEMA); Juizados da Infância e Juventude e dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs); e também com operadores do direito; assistentes sociais; psicólogos; pedagogos; e professores das universidades e faculdades conveniadas com o Poder Judiciário.



Para a coordenadora do curso, juíza Julianne Freire Marques, “Preservar a democracia e a cidadania é um dever de todos(as) incondicionalmente. A oportunidade de agregar novas perspectivas jurídicas no Brasil é de enorme importância, pois os índices de criminalidade sobrecarregam o sistema de justiça, que, por sua vez, não consegue acompanhar tamanho volume de ocorrências, de modo a emperrar os processos legais e levar para a sociedade a sensação de inoperância e de temor. Há de se verificar também que toda cultura é consolidada em médio e longo prazo. Quanto à Justiça Restaurativa, vemos que esta oportuniza novas possibilidades de convívio social, pautadas na democracia, na cidadania e na civilidade. Dessa forma, a realização deste curso oportunizará a capacitação dos participantes quanto à necessidade de se aprofundar na temática e na prática da Justiça Restaurativa, a fim de promover a cultura da paz.



CURSO FORMAÇÃO DE CONCILIADOR

O curso teve como objetivo capacitar os participantes em conciliação, com vista à consolidação da Política Judiciária de Tratamento Adequado dos Conflitos. O curso foi dividido em sete módulos: Acesso à Justiça, Estado Democrático de Direito e Mudança de Paradigma Judicial; Teoria do Conflito e a Teoria da Comunicação; Instrumentos Normativos em Resolução Consensual de Conflitos; Mediação e Conciliação no Novo CPC; Técnicas de Mediação e Conciliação – I –; Técnicas de Mediação e Conciliação – II –; Aspectos Práticos e Noções da Mediação Familiar; e a atividade prática com a realização do Estágio Supervisionado.

As aulas foram realizadas na modalidade presencial e à distância, sendo todas transmitidas via satélite para as 42 comarcas do estado do Tocantins. As atividades de ensino teórico foram realizadas via Ambiente Virtual de Aprendizagem da Esmat, já as atividades práticas e de estágio foram realizadas nos CEJUSCs das respectivas comarcas. O curso contou com a participação de mais de 250 alunos, dentre eles servidores e estagiários do Tribunal de Justiça; professores e acadêmicos das faculdades conveniadas com o Poder Judiciário Tocantinense; e bacharéis em Direito, Serviço Social, Psicologia e Administração de Empresas.





CURSO FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA PREGOEIRO

O curso aconteceu com o fito de analisar o regime jurídico aplicável à modalidade do Pregão na forma presencial e eletrônica, bem como a elaboração de Editais e Termos de Referência à luz da Legislação e do Tribunal de Contas da União.

O conteúdo programático do curso apresentou temas como: Formação e Capacitação de Pregoeiro, Elaboração de Editais para Aquisições no Setor Público; Elaboração de Termos de Referência para Contratação de Bens e Serviços. As aulas foram ministradas por Lúcio Antônio Frezza Costa, professor da Escola Nacional da Administração Pública (ENAP); da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU); da Escola do Ministério Público do Trabalho (MPT); da Escola do Ministério Público Federal (PGR/MPF).

CAPACIDADE DE COMUNICAÇÃO E ARTICULAÇÃO

“Comunicamo-nos no trabalho, em casa, no lazer, em reuniões espirituais. Em todo tempo estamos transmitindo mensagens, e nosso propósito é fazer com que nossa comunicação trabalhe a nosso favor em todas as circunstâncias. Para as pessoas que se apresentam em público, seja em reuniões ou palestras, elas precisam utilizar recursos visuais para tornar sua apresentação mais atrativa, daí a necessidade de conhecer esses recursos e de saber manuseá-los”, frisou a diretora de Gestão de Pessoas, Juliana Alencar.

O curso foi disposto com a finalidade de promover ao participante constante melhoria no processo de articulação no desenvolvimento, não só das relações internas – mas também institucional –, por meio da comunicação com os setores e demais ambientes corporativos, de modo a aprimorar a comunicação e expressão verbal, zelando pela boa imagem profissional e institucional. Ministrou o curso a professora Evanuzia Luzia de Oliveira, mestre em Psicologia Social, pela Católica de Goiás; especialista em Gestão de Pessoas, pela UFRJ; graduada em Psicologia, Católica Goiás; formada em Coaching: Life Coaching, Executive Coaching e Master Coaching.



SERVIDORES DA ESMAT PARTICIPAM DO CURSO BRIGADA DE COMBATE A INCÊNDIO

Durante dois dias, os servidores da Escola participaram de aulas práticas e teóricas sobre Prevenção e Combate a Incêndio e Primeiros Socorros, ministradas pelo bombeiro militar, o subtenente Rogério de Sousa.

As atividades foram empreendidas com o propósito de estabelecer critérios para apresentação de processos de segurança contra incêndio e pânico, nas edificações ou áreas de risco, em atendimento à Lei de Segurança Contra Incêndio e Pânico; permitir a transmissão de conhecimentos específicos do fogo, equipamentos e técnicas de combate a incêndios; e possibilitar pronta ação em caso de sinistro.



PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO DE DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Com o objetivo de preparar professores para organização e ensino de conteúdos de Direitos Humanos nos cursos da educação superior, tendo como base as exigências legais do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e a Resolução CNE nº 01, de 2012, e em consonância com os princípios das metodologias ativas aplicadas em ambientes de educação à distância, é que a Esmat deu início, em outubro de 2017, ao Programa de Formação de Professores para o Ensino de Direitos Humanos na Educação Superior. Realizado na modalidade EaD, o curso foi voltado aos alunos do Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos e outros Programas Stricto Sensu, coordenadores e professores de cursos de Graduação em Direito.

Todo o cronograma de atividades a ser desenvolvido pelos alunos está sob a orientação dos professores Patrícia Medina, Gustavo Paschoal, Ângela Issa Haonat e Graciela Maria Costa, com interação via Ambiente Virtual de Aprendizagem da Escola.



CURSO MÉTODO DE ANÁLISE E SOLUÇÃO DE PROBLEMAS (MASP)

O curso teve como meta capacitar os participantes, a fim de que sejam capazes de identificar problemas, usando a metodologia MASP e as ferramentas básicas de melhoria da qualidade no processo de análise e solução de problemas, a fim de facilitar a tomada de decisão e a aplicação da melhoria contínua nos processos, desenvolvendo competências relativas à qualidade das atividades na Instituição.

As aulas foram ministradas pela doutoranda em Ciências da Educação, Magda da C. Oliveira, mestre em Ciências da Educação; especialista em Administração Educacional, Matemática, Docência do Ensino Superior e Gestão Pública.

CURSO CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O curso aconteceu com o propósito de apresentar os itens mais importantes da Instrução Normativa, mostrando o novo modelo de contratação de serviços, com foco na fase de planejamento das contratações, seleção do fornecedor, métrica da fiscalização técnica, assim como no gerenciamento dos riscos inerentes à contratação, proporcionando fundamentais conhecimentos aos servidores, que serão objeto de aplicação nas contratações que envolvam terceirização no Tribunal de Justiça do Tocantins.

Ministrado pelo professor convidado da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), Luiz Claudio de Azevedo Chaves, o curso contou com a participação de servidores das Diretorias do Poder Judiciário que atuam com os Processos de Contratação de Terceirização dos Serviços.





CURSO LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

A busca pela eficiência nas contratações governamentais tornou-se um desafio para a Administração Pública. Debate-se, nesses mais de vinte anos da Lei nº 8.666, de 1993, como garantir a economicidade e qualidade dos gastos. Nessa linha, a capacitação dos servidores responsáveis por licitar, acompanhar ou fiscalizar as Obras Públicas é essencial, uma vez que este objeto guarda características peculiares em relação aos demais. Cada Obra Pública representa produto único: o solo é específico; o projeto é exclusivo; a mão de obra tem produtividade distinta; e as condições de execução dependem de cada especificação técnica.

E com o objetivo de apresentar os principais conceitos, práticas, ferramentas e jurisprudência, a fim de assegurar aos participantes que, ao

final do treinamento, possam aplicar todo o conjunto de conhecimentos adquiridos para o sucesso da conclusão de qualquer Obra Pública, é que a Esmat realizou, nos dias 30 e 31 de outubro, o curso Licitações e Contratações de Obras e Serviços de Engenharia.

Realizado na modalidade presencial, o curso contou com a participação de vinte e cinco servidores do Tribunal de Justiça do Tocantins, e foi ministrado por Cláudio Sarian Altounian, autor dos livros Obras Públicas: Licitação, Contratação, Fiscalização e Utilização; RDC na Prática e a Contratação Integrada e Governança Pública, o Desafio do Brasil, em parceria com o ministro João Augusto.



PÓS-GRADUAÇÕES LATO E STRICTO SENSU

LATO SENSU

A Esmat realiza a capacitação e o aperfeiçoamento profissional de servidores e magistrados do estado do Tocantins, além de outros atores do Sistema de Justiça, com ampla área de abrangência das atividades fim e meio, tendo efetivamente contribuído para uma admirável evolução qualitativa do Judiciário Tocantinense em todos os setores, e bem assim para uma prestação jurisdicional célere e focada na efetivação dos direitos fundamentais. A Escola já está muito próxima de alcançar o significativo contingente de 516 especialistas nos diversos temas relacionados à prestação jurisdicional já formados pela própria Esmat, além de 252 em processo de formação para conclusão até junho de 2018.

ESTADO DE DIREITO E COMBATE À CORRUPÇÃO

A Pós-Graduação foi realizada com o objetivo de promover formação no estudo do fenômeno da Corrupção com vista ao domínio de mecanismos para o seu enfrentamento e combate, numa perspectiva multidisciplinar destinada principalmente aos profissionais das áreas da Justiça e da Segurança Pública.

Durante o curso, foram oferecidos 21 módulos obrigatórios e 2 módulos interdisciplinares substitutivos. No mês de novembro cinquenta e nove alunos realizaram as defesas dos Trabalhos de Conclusão de Curso.





DIREITO CONSTITUCIONAL

Com quarenta e um alunos matriculados, entre eles magistrados e servidores do Tribunal de Justiça e servidores de órgãos parceiros da Esmat, o curso foi disposto com o objetivo de oferecer uma perspectiva crítica das principais temáticas relacionadas ao direito constitucional e um ensino direcionado à formação humanística, técnica e prático-jurídica. O curso foi dividido em quatro módulos: Direito Constitucional; Justiça Constitucional; Direito Constitucional e Administrativo do Ambiente; e Metodologia da Pesquisa. As aulas foram ministradas com o objetivo de que ao final do curso os alunos sejam capazes de analisar e discutir os fundamentos básicos do direito constitucional perquirindo seus elementos históricos, filosóficos, econômicos, políticos e jurídicos; bem como compreender o sistema normativo e o seu fundamento no Estado Democrático de Direito. O término das aulas ocorrerá em fevereiro de 2018, e as bancas para defesa do Trabalho de Conclusão de Curso estão com início previsto para abril de 2018.



PRÁTICA JUDICIÁRIA (PRJud)

O curso foi realizado com o intuito de preparar o jovem bacharel para atuar fundamentado nas atuais questões que envolvem todas as áreas do Direito; subsidiar o jovem bacharel para exercer com mais segurança, presteza e maturidade no desempenho profissional; propiciar o desenvolvimento de competência profissional e contextualização curricular; promover o aperfeiçoamento profissional dos jovens bacharéis para que eles estejam preparados para a prática judiciária, contribuindo para dar vazão aos processos judiciais e proporcionar atualização de conhecimento e aperfeiçoamento profissional.

Ao todo são 100 alunos matriculados nas turmas da Pós de Palmas, Araguaína e Gurupi. A previsão de conclusão é para o segundo semestre de 2018.





STRICTO SENSU

Em 2017, as turmas IV e V do Mestrado Profissional e Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, realizado pela Esmat em parceria com a Universidade Federal do Tocantins, movimentaram a Escola. O Mestrado tem proporcionado maior aproximação entre a academia, o judiciário e a sociedade, engendrando a conquista de uma cidadania comum e plena, com a solidificação dos valores éticos e democráticos, bem como tem viabilizado o incremento do ensino, o desenvolvimento de pesquisa e a proposição de projetos de extensão pela UFT.

O Programa promove ações que estão resultando em estudos sistematizados e núcleos de pesquisa em temas trazidos por demandas cada vez maiores, apontadas pelos profissionais atuantes do sistema de justiça, e principalmente pela sociedade, contribuindo para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e a efetivação dos Direitos Humanos no Tocantins.

A disciplina de Metodologia da Pesquisa apresentou, em fevereiro de 2017, uma aula diferente e bastante curiosa. Os professores doutores Suyene Monteiro da Rocha e José Wilson Rodrigues de Melo surpreenderam a turma ao aplicar um método que despertasse nos futuros mestres os fundamentos da metodologia, usando como técnica o simples preparo de lanches.

Segundo a professora Suyene, “A ideia foi despertá-los quanto à ação, à tomada de decisão, e à compreensão de que tudo que é exercido tem organização, uma metodologia. O objetivo geral era o de preparar o lanche; o objetivo específico era o de fazer patês, sanduíches e docinhos. Parecia algo simples, mas foi uma demonstração prática e interessante”. O professor José Wilson foi ainda mais fundo ao relatar que “O saber e o sabor têm a mesma origem etimológica. O saber necessita ter o seu lado saboroso, e essa experiência em sala, o aprendizado que teremos, pode nos trazer saber e sabor”. Para a defensora pública, aluna do mestrado, Kátia Daniela Neri, “Essa foi realmente uma grande iniciativa, uma vez que esse tema costuma ser aplicado de forma maçante. Aprendemos nos divertindo”.

Em setembro, os alunos da V Turma, matriculados na disciplina Informática Aplicada à Prestação Jurisdicional, estiveram acompanhando os professores George Lauro Ribeiro de Brito e Aline Sueli de Salles Santos, em visita técnica ao setor de informática do Poder Judiciário e à sala-cofre, com a finalidade de conhecerem parte do trabalho desenvolvido pelo setor de informática, que permeia não só a área jurídica, mas também a prestação do serviço para toda a população. Segundo o professor, “Esse foi um momento importante, haja vista que o Mestrado é interdisciplinar e profissional, e uma das funções é levar resultados à população com uma boa prestação jurisdicional e com melhoria dos direitos humanos. A visita fortalece não somente o conhecimento da maioria desses alunos na parte da informática, mas os levou a entender que podem ocupar espaços nas áreas de gestão; assim passarão a valorizar todo o desenvolvimento que é feito por meio da aplicação neste setor específico e tão cheio de detalhes”, finalizou. A visita foi orientada pelo servidor do setor de Sistema de Suporte Administrativo, Renê Dettenborn.



O aluno do mestrado em Direitos Humanos, juiz Jean Fernandes Barbosa de Castro, diretor do Fórum da Comarca de Aurora do Tocantins participou da primeira edição do Concurso Nacional de Decisões Judiciais e Acórdãos em Direitos Humanos realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e foi o vencedor na categoria – Direitos da Pessoa Idosa – com uma decisão que garantiu o registro de nascimento a um idoso de 98 anos.

Para o magistrado, o reconhecimento é resultado do trabalho em equipe, com foco na realização de uma prestação jurisdicional de excelência. No caso do lavrador Virgílio Cachoeira de Oliveira, a Decisão, de 26 de março de 2014, promoveu o resgate da cidadania. “Nós pautamos nossa decisão com base no princípio da dignidade da pessoa humana, buscando reparar um prejuízo enfrentado por esse ser humano que conviveu, por quase cem anos, sem ter seus direitos, sua cidadania e sua própria personalidade reconhecida; mas com essa Decisão, ele pôde, a partir deste momento, gozar de todos os direitos no âmbito da vida civil”, afirmou Castro.



EVENTOS

SEMINÁRIO

X DIÁLOGO AMBIENTAL, CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL



Estado de Direito Socioambiental – o encontro de soluções para as crises climáticas, sociais e jurídicas –, este foi o tema da X Edição do Seminário Diálogo Ambiental, Constitucional e Internacional, realizado pela Esmat nos dias 25 e 26 de maio. Palestrantes de renome internacional participaram do evento no auditório do Tribunal de Justiça, com transmissão ao vivo para as 42 comarcas do Estado.

Na abertura oficial, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Eurípedes Lamounier, desejou boas-vindas aos participantes, ressaltou o importante papel que o Poder Judiciário desempenha neste processo, e que as questões ambientais devem ser tratadas com muita responsabilidade.

“O debate é fundamental, principalmente nos dias de hoje; nosso País, por exemplo, ainda tenta se recuperar do pior desastre ambiental de sua história, em Mariana/MG, cuja mediação das graves consequências e dos destinos de causadores e afetados pesam sobre os ombros do Poder Judiciário”, ressaltou o presidente.



O diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, abriu oficialmente o Seminário e frisou a “Altíssima qualidade do Evento, dos currículos dos painelistas e das produções e trabalhos programados, mas principalmente pelos temas abordados, validados pela Capes”. A coordenadora geral do Seminário, Bleine Queiroz Caúla, também frisou a importância de fomentar o debate sobre as questões ambientais, e ressaltou o espaço que o Seminário promove para o diálogo, as pesquisas e a busca de soluções para os problemas que permeiam a sociedade.

Durante o Evento, foram ministradas 14 palestras, 34 apresentações de artigos científicos e 4 minicursos. Na oportunidade, foram lançados os Volumes 7 e 8 do Diálogo Ambiental, Constitucional e Internacional, obra coordenada pelos professores doutores Jorge Miranda e Carla Amado, e organizados pelo desembargador Marco Villas Boas, Valter Moura Carmo e Bleine Queiroz Caúla. A professora Ana Paula Araújo de Holanda também apresentou o lançamento do livro “Projeto Cidadania Ativa: responsabilidade social de disseminação dos direitos para a comunidade”; prática vencedora do V Prêmio Innovare na categoria Advocacia – Ano 2008.



2º SIMPÓSIO DE PERÍCIA CRIMINAL DO TOCANTINS É REALIZADO EM PARCERIA COM A ESMAT

Aconteceu, em maio de 2017, o 2º Simpósio de Perícia Criminal do Estado do Tocantins, promovido bienalmente pela Superintendência da Polícia Federal e pela Superintendência da Polícia Científica do Estado do Tocantins, o qual teve, este ano, parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense. A abertura contou com a presença do diretor adjunto da Esmat, juiz José Ribamar Mendes Júnior, que, na ocasião, representou o diretor geral, desembargador Marco Villas Boas. O Evento discutiu, no auditório da Justiça Federal em Palmas, assuntos ligados à produção de provas materiais em crimes de repercussão, a partir da troca de experiências entre Polícia Federal e Polícia Científica do Tocantins.

Os temas abordados foram: Técnicas de Investigação da Corrupção; Teoria da Função Judicial e a Investigação Criminal; Gestão da Criminalística em Grandes Operações Policiais (Operação Lava Jato); Fusões, Aquisições e Desinvestimentos – Uma visão Criminalística (Operação Lava Jato); Perícia Criminal no Desastre da Barragem de Mariana/MG – Investigação Técnico-Científica de danos Ambientais e causas do Rompimento; Exumação em caso de Asfixia; Novas Ferramentas na Comparação Balística; Confronto Balístico em Local de Crime. O Evento foi aberto oficialmente pelo superintendente da Polícia Federal no estado do Tocantins, delegado Arcelino Vieira Damasceno, que deu as boas-vindas aos participantes.





SEMANA DA SAÚDE DO PODER JUDICIÁRIO TOCANTINENSE

A 2ª Semana da Saúde teve como objetivo sensibilizar os servidores e magistrados do Poder Judiciário do Tocantins quanto à prevenção e promoção nas diferentes dimensões da saúde física e mental no ambiente de trabalho e na melhoria da qualidade de vida. A solenidade de abertura foi transmitida ao vivo para as 42 comarcas pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT).

Ressaltando as ações desenvolvidas pelo Comitê de Atenção Integral à Saúde de magistrados e servidores do Poder Judiciário do Tocantins desde a sua criação, a presidente do Comitê e 1ª diretora adjunta da Esmat, desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, declarou aberta oficialmente as atividades. “Que todos possamos tirar deste Evento lições e motivação para sempre cuidarmos melhor do nosso corpo e também da nossa mente, não só para trabalhar e produzir melhor, mas também para sermos mais felizes em nossa própria vida, em família e com amigos”, destacou a magistrada.

O Evento contou com a participação do nadador paraolímpico Clodoaldo Silva, que ministrou a palestra Motivação e Foco para Superar Limites, e do professor de Educação Física Márcio Atalla, com o tema Sua Vida em Movimento.

Para a diretoria de Gestão de Pessoas do Judiciário Tocantinense, Juliana Alencar, “A Semana da Saúde é mais uma demonstração de que o Poder Judiciário tem efetivado a busca pelos cuidados com a saúde de magistrados e servidores. Com temas relevantes, a semana é um momento para refletirmos sobre qualidade de vida, aproveitar os serviços disponíveis e as palestras; todo o público tem nos dado um feedback positivo desta edição”, afirmou.



DEBATE SOBRE AS CONTROVÉRSIAS NA LEI MARIA DA PENHA

Com o objetivo de criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, há 11 anos a Lei Maria da Penha foi sancionada no Brasil. No dia 31 de agosto de 2017, o Poder Judiciário promoveu um encontro para debater os principais temas de discussões jurídicas acerca da aplicação da Lei, como: Questões Controvérsias na Lei Maria da Penha; Mulheres, maiores Vítimas da Pornografia Vingativa; Maioria das Crianças Vítimas de Pedofilia são do Sexo Feminino e os Autores estão dentro de Casa.

O Evento aconteceu no auditório do Tribunal de Justiça, e foi transmitido ao vivo, para todas as comarcas do Estado. A abertura do evento foi feita pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Eurípedes Lamounier,

que já atuou como titular da Vara Especializada no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, na comarca de Palmas.

Para a coordenadora estadual da Mulher, no Poder Judiciário, juíza Nely Alves da Cruz, o Encontro foi fundamental para abordar as mais diversas questões da Lei e discutir maneira de como avançar no combate a esse tipo de crime. “É muito importante debater, porque a violência tem vários ângulos e, apesar dos 11 anos desta Lei, ainda temos muitos pontos a serem discutidos”, ressaltou.



MINISTRO DO STJ ABRE DEBATE SOBRE A POLÍTICA DE CONCILIAÇÃO

Políticas Públicas de Tratamento Adequado de Conflitos foi tema de Seminário sobre este assunto, realizado em Palmas, em setembro de 2017. O ministro do Superior Tribunal de Justiça, Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, fez a palestra de abertura do Evento com o tema 1º Ano de Vigência do Novo CPC: reflexões sobre os métodos autocompositivos.

Para o ministro, “a mediação, a conciliação, a negociação são métodos mais rápidos, mais efetivos e permitem que construamos uma solução mais adequada para cada tipo de conflito”. Ele ressaltou que o acordo permite uma forma mais ajustada de solução, “Quando o juiz dá a sentença, a decisão é baseada na Lei; quando resolvemos um conflito mediante uma composição – um acordo de vontades – podemos atender às diferenças, pois estamos criando uma solução em conjunto”, afirmou.

O Seminário sobre Políticas Públicas de Tratamento Adequado de Conflitos e o II Encontro dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos (CEJUSCs) foi aberto pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, que também preside o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), desembargador Eurípedes Lamounier.

Para a coordenadora do Nupemec, juíza Umbelina Lopes Pereira, o sistema de Justiça deve prezar pelo diálogo, consenso e empoderamento da parte para que o tratamento adequado de conflitos tenha efetividade. “É fazer valer os direitos garantidos pela Constituição; colocar o cidadão como protagonista do processo e, dessa forma, trabalhar em prol da pacificação social”, afirmou.

VI CONGRESSO

INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS

Em 2017, a Esmat realizou a VI Edição de Congresso Internacional em Direitos Humanos e, mais uma vez, reuniu magistrados, servidores, operadores do direito e universitários para o maior debate em Direitos Humanos no Tocantins, apresentado por juristas de diversos países.

O Evento que aconteceu em outubro teve como tema: Erradicação da Pobreza: Uma Questão Política, Social e Jurídica, e homenageou o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, em reconhecimento ao legado de sua atuação para minimizar a pobreza no Brasil. Em todas as edições do Evento, a Escola transmite, via satélite, a programação do Congresso permitindo que os interessados tenham acesso às palestras ministradas, por meio das telessalas instaladas nas 42 comarcas do Estado.

Renomados palestrantes do México, Canadá, Portugal, Argentina, Espanha, França, Cabo Verde e, também, de vários estados do Brasil trouxeram conhecimentos relevantes ao público inscrito. Destacamos o doutor em Filosofia e Teoria Geral do Direito, Eduardo Carlos Bianca Bittar, que tratou do tema Justiça Social, Pobreza e Direitos Humanos.



Durante a sua apresentação, o doutor em Filosofia e Teoria Geral do Direito, Eduardo Carlos Bianca Bittar, ressaltou a importância da credibilidade, imparcialidade e eficiência das instituições judiciais e citou que uma larga agenda de trabalho das quais poderiam ser pontuadas tarefas centrais e não exaustivas do Poder Judiciário, tais como: a defesa judicial das políticas sociais e dos direitos sociais; o combate sistemático e permanente a todas as formas de corrupção; a promoção em educação em direitos humanos, enquanto elo, entre a cosmovisão de cada cidadão e a efetivação da cidadania de todos e de cada um. O palestrante finalizou destacando que “É dever político institucional e simultaneamente é dever moral de nossa humanidade, enquanto comunidade de pessoas que compartilham do mesmo destino, e é também dever jurídico embasado em regras positivas do direito internacional e do direito brasileiro, lutar pela extinção da fome, da pobreza, da opressão e de todas as formas de violência que andam conjuntamente com esses fenômenos”.

O diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, também trouxe importante reflexão ao ministrar a palestra: Tratado de Cooperação da Amazônia – Perspectivas de Cooperação e Integração para um Desenvolvimento Socioambiental. O desembargador ressaltou que, “Se por um lado não há como conter o desenvolvimento almejado pelas populações pobres da região Amazônica, por outro é necessário encontrar meios adequados para garantir o acesso dessas populações à riqueza natural, bem como atender às demandas da economia nacional. O caminho certamente é o da cooperação, da integração, da pesquisa científica, do desenvolvimento de sistemas jurídicos adequados, e de uma política econômica baseada na sustentabilidade socioambiental, nos termos dos artigos 215, 225 e 231 da Constituição Federal”.





A coordenadora internacional do Congresso, professora doutora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Carla Amado, apresentou novidades no âmbito do Direito Ambiental, e durante o Evento ministrou palestra com o tema Pobreza Energética. Segundo Carla Amado, “A pobreza energética sobre a forma de circunscrição dos consumidores é a opção da base da escada energética, ou seja, da biomassa, e tem custos graves para a saúde. Casas onde cozinham e aquecem o ambiente por meio de queima de madeiras acumulam fumo e causam várias doenças respiratórias, mas esse não é o único prejuízo social desse fenômeno. A eletricidade é hoje essencial para o acesso à informação, para leitura e conectividade e subsequente possibilidade de dinamização da participação política para o exercício da atividade profissional e para emancipação das mulheres”.



Outros grandes nomes, como Michel Guillot, Ricardo David Rabinovich, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves, Vanderlei de Oliveira Farias, Nair Heloisa Bicalho De Sousa Alassana Valdez, Lorenzo Alvarez de Toledo Quintana entre outros, enriqueceram a programação. O Evento contou também com a apresentação de várias atividades, como minicursos, comunicações orais, exposição de posters e workshop que contou com a participação dos alunos do Mestrado e autoridades convidadas. O evento contou com mais de seiscentos participantes entre eles magistrados e servidores do Tribunal de Justiça, profissionais integrantes do sistema de justiça, estudantes, professores e comunidade em geral.

O Congresso em Direitos Humanos faz parte das atividades do Programa de Mestrado Profissional e Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, fruto da parceria entre a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) e a Universidade Federal do Tocantins (UFT).

MEDALHA DE MÉRITO ACADÊMICO “DR. FELICIANO MACHADO BRAGA”

Durante a cerimônia de abertura, foi realizada homenagem póstuma à professora doutora Isabel Cristina Auler Pereira (magnífica reitora da UFT). “A morte tirou da professora Isabel a vida, mas não tirou dela os méritos de tudo que ela representou para a educação no nosso Estado”. E por essa razão, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense prestou-lhe homenagem ao entregar nas mãos de sua filha, Cláudia Cristina do Amaral Santos, a Medalha Mérito Acadêmico “Dr. Feliciano Machado Braga”.

A Esmat também prestou homenagem ao desembargador Eurípedes do Carmo Lamounier, presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins, ao lhe outorgar a Medalha Mérito Acadêmico “Dr. Feliciano Machado Braga”. O professor doutor Tarsis Barreto Oliveira também foi homenageado com a Medalha.

LANÇAMENTO DE LIVROS

O presidente do Colégio Permanente de Diretores das Escolas Estaduais da Magistratura, desembargador Antonio Rulli Junior, lançou, na oportunidade, o livro Memorial de Ministros, o qual foi entregue oficialmente ao vice-presidente do Colégio e diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, para a biblioteca da Escola. O Memorial conta com dois volumes, que totalizam 1.944 páginas, com a relação de 6.600 nomes de juízes e desembargadores, todos graduados na Universidade de Coimbra ou em outras da Europa, e escolhidos em concurso pelo rei de Portugal. Foram lançados, também, livros e capítulos de livros produzidos por professores e alunos do Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos.



DEBATE SOBRE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA COM GESTORES TOCANTINENSES

Promovido pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) em parceria com a Associação Tocantinense de Municípios (ATM), o Evento aconteceu no auditório do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO) e contou com a participação de gestores municipais e estaduais que debateram o tema Aspectos Judiciais da Improbidade Administrativa: uma visão preventiva. O objetivo do Evento foi o de conscientizar os agentes públicos acerca da atuação do judiciário com relação aos processos de improbidade administrativa, sob a perspectiva da prevenção; compreender o cenário de construção da improbidade administrativa; identificar situações que incorrem em improbidade administrativa; estudar casos concretos mais recorrentes de improbidade no âmbito municipal de outros estados; descrever as sanções inerentes à improbidade; identificar as fases dos processos judiciais; e promover a atuação do agente municipal em conformidade com a probidade.



A abertura dos trabalhos foi feita pelo coordenador do curso, o juiz auxiliar da Presidência do TJTO, Esmar Custódio Vêncio Filho. Segundo o magistrado, “A capacitação proporciona importante debate sobre Improbidade Administrativa e conta com a participação de todos os envolvidos, como assessores, procuradores, secretários e, especialmente, prefeitos de municípios tocantinenses. É necessário que os gestores visualizem o que é improbidade e até onde podem atuar de forma proba, sem ofensas ao patrimônio público ou aos princípios constitucionais que regem a administração, como a moralidade e legalidade”.

O prefeito do Município de Paraíso do Tocantins – e médico – Moisés Avelino, ressaltou que o curso agiu como medicina preventiva. “Essa ação é de fundamental importância para as gestões municipais. Muitos municípios padecem de qualificação e, por isso, muitas falhas ocorrem. O curso abre nossos olhos para que tudo seja feito com extremo planejamento. Depois de feito, tem correção, mas é melhor a prevenção. Como na medicina preventiva, cuidar é o remédio contra as consequências de erros cometidos por falta de conhecimento”.

O secretário de controle interno de Mateiros, Gilmar Martins Rocha, frisou que “todas as informações apresentadas são de grande valia. Vim aqui buscar novos conhecimentos, pois para entender os processos que permeiam a Justiça é preciso buscar especialistas para os devidos esclarecimentos, e sem dúvida valeu muito a pena”.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
1	ANÁLISE COMPARATIVA DA NBR ISO 9001 (VERSÃO 2008/2015)	32	14
2	ANÁLISE DE CENÁRIOS: TÉCNICAS E FERRAMENTAS ANALÍTICAS DESTINADAS AO GERENCIAMENTO DE INCERTEZAS	16	28
3	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DA NORMA ISO 9001:2015	24	22
4	ASPECTOS JUDICIAIS DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: UMA VISÃO PREVENTIVA – TURMA I	16	144
5	ASPECTOS JUDICIAIS DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: UMA VISÃO PREVENTIVA – TURMA II	4	256
6	ASPECTOS JUDICIAIS DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: UMA VISÃO PREVENTIVA – TURMA III	16	256
7	ATENDIMENTO AO PÚBLICO NO SERVIÇO PÚBLICO – TURMA IV	30	251
8	BRIGADA DE COMBATE A INCÊNDIO	16	16
9	CAPACIDADE DE COMUNICAÇÃO E ARTICULAÇÃO	16	29
10	CINEDEBATE EM DIREITOS HUMANOS: INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO E ACESSO À JUSTIÇA (SESSÃO I) – TURMA I	4	28
11	CINEDEBATE EM DIREITOS HUMANOS: INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO E ACESSO À JUSTIÇA (SESSÃO II) – TURMA II	4	16
12	CINEDEBATE EM DIREITOS HUMANOS: INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO E ACESSO À JUSTIÇA (SESSÃO III) – TURMA III	4	15
13	CINEDEBATE EM DIREITOS HUMANOS: INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO E ACESSO À JUSTIÇA (SESSÃO IV) – TURMA IV	4	16
14	CINEDEBATE EM DIREITOS HUMANOS: INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO E ACESSO À JUSTIÇA (SESSÃO V) – TURMA V	4	12
15	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA À LUZ DA IN 05/17: DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO AO ENCERRAMENTO DO CONTRATO	16	26
16	CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA EXTRAJUDICIAL – LEGISLAÇÃO E PRÁTICA	12	97
17	CURSO BÁSICO DE FORMAÇÃO DE CONCILIADOR	116	264
18	CURSO BÁSICO DE FORMAÇÃO DE CONCILIADOR – AGENTES DE TRÂNSITO – ATTM (EM ANDAMENTO)	116	26
19	DIREÇÃO DEFENSIVA E EVASIVA PARA MAGISTRADOS – TURMA I	40	18
20	DIREITO AGRÁRIO CONTEMPORÂNEO – PARTE I	11	46
21	DIREITO AGRÁRIO CONTEMPORÂNEO – PARTE II	16	52
22	DROGAS ILÍCITAS “TRÁFICO X USO”: PARÂMETROS TÉCNICOS E NOÇÕES PRÁTICAS	4	38
23	EDUCAÇÃO CORPORATIVA VOLTADA ÀS COMPETÊNCIAS ESTRATÉGICAS DO PODER JUDICIÁRIO	24	25

24	ENEAGRAMA PARA MAGISTRADOS	48	31
25	ESPAÑOL INTERMEDIÁRIO – TURMA I	120	9
26	EXCEL BÁSICO	20	14
27	FORMAÇÃO DE FACILITADORES RESTAURATIVOS – TURMA II – ARAGUAÍNA	105	19
28	FORMAÇÃO DE FACILITADORES RESTAURATIVOS – TURMA II – PALMAS	105	24
29	FORMAÇÃO DE FORMADORES – TURMA II (EM ANDAMENTO)	104	33
30	FORMAÇÃO DE INSTRUTORES DA OFICINA DE PARENTALIDADE E DIVÓRCIO	12	144
31	FORMAÇÃO DE MEDIADOR E CONCILIADOR	116	310
32	FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA PREGOEIRO, ELABORAÇÃO DE TERMOS DE REFERÊNCIA E ELABORAÇÃO DE EDITAIS	24	21
33	FORMAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS EM CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO PARA MAGISTRADOS	32	28
34	GERENCIAMENTO ÁGIL DE PROJETOS DE SOFTWARE COM SCRUM – TURMA I	16	10
35	GERENCIAMENTO ÁGIL DE PROJETOS DE SOFTWARE COM SCRUM – TURMA II	16	11
36	GESTÃO ÁGIL DE REQUISITOS DE SOFTWARE – TURMA I	24	15
37	GESTÃO DA EDUCAÇÃO CORPORATIVA	30	26
38	GESTÃO DE MUDANÇAS	16	21
39	GESTÃO DE PESSOAS	24	44
40	INGLÊS AVANÇADO – TURMA I	120	13
41	INGLÊS BÁSICO – TURMA II (EM ANDAMENTO)	120	22
42	INGLÊS INTRO – TURMA III	120	24
43	INGLÊS INSTRUMENTAL – TURMA II	120	12
44	INGLÊS INTRO – TURMA IV	120	24
45	LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA	16	25
46	MÉTODO DE ANÁLISE E SOLUÇÃO DE PROBLEMAS (MASP)	16	47
47	MÉTODO DO ESTUDO DE CASO, FORMAÇÃO DE FORMADORES	32	7
48	MINICURSO – A VIDA NUA DOS DOENTES MENTAIS ENCARCERADOS NO TOCANTINS: EXTENSÃO DO ZOÉ E HOMO SACER NA SOCIEDADE MODERNA (VI CONGRESSO INTERNACIONAL)	4	24

49	MINICURSO – AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A GESTÃO DE RESÍDUOS NO MUNICÍPIO DE PALMAS-TO (VI CONGRESSO INTERNACIONAL)	4	12
50	MINICURSO – CINEDEBATE SOBRE ERRADICAÇÃO DA POBREZA: UMA QUESTÃO POLÍTICA, SOCIAL E JURÍDICA, A PARTIR DO FILME "BETINHO, A ESPERANÇA EQUILIBRISTA" (VI CONGRESSO INTERNACIONAL)	4	18
51	MINICURSO DESAFIOS DA MAGISTRATURA E FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS NO BRASIL NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO (VI CONGRESSO INTERNACIONAL)	3	15
52	MINICURSO DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA TUTELA PENAL DO MEIO AMBIENTE NO ÂMBITO INTERNACIONAL (VI CONGRESSO INTERNACIONAL)	3	30
53	MINICURSO – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PARTICIPAÇÃO POPULAR E MEDIAÇÃO JUDICIAL (VI CONGRESSO INTERNACIONAL)	4	10
54	MINICURSO – EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: A ESCOLA PARA PESSOAS (VI CONGRESSO INTERNACIONAL)	4	20
55	MINICURSO – EIXOS ESTRUTURANTES NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (VI CONGRESSO INTERNACIONAL)	4	27
56	MINICURSO ESTADO E DIREITO DOS POVOS INDÍGENAS (VI CONGRESSO INTERNACIONAL)	3	16
57	MINICURSO LIBERAÇÃO COMERCIAL DE TRANSGÊNICOS: (IN)OBSERVÂNCIA DE PRINCÍPIOS BIOÉTICOS (VI CONGRESSO INTERNACIONAL)	3	9
58	MINICURSO – PESQUISA EMPÍRICA NO DIREITO: POSSIBILIDADE E ESTÍMULO À CONEXÃO COM A REALIDADE (VI CONGRESSO INTERNACIONAL)	4	9
59	MINICURSO – POVOS INDÍGENAS E QUESTÕES BIOÉTICAS (VI CONGRESSO INTERNACIONAL)	4	14
60	MINICURSO – RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS NOS CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS COMO FORMA DE ACESSO À JUSTIÇA NO ESTADO DO TOCANTINS (VI CONGRESSO INTERNACIONAL)	4	31
61	MINICURSO – UMA ANÁLISE DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE INFRATORAS A PARTIR DA CRIMINOLOGIA (VI CONGRESSO INTERNACIONAL)	4	20
62	MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL ADEQUADA E O IMPACTO NOS RELATÓRIOS ESTATÍSTICOS DO CNJ	16	39
63	MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NO SISTEMA E-PROC	70	1002
64	NOVO PROCESSO CIVIL – EAD	10	348
65	NOVO PROCESSO CIVIL – TEORIA E PRÁTICA	20	44

66	PRÁTICA DE COMBATE A INCÊNDIO	18	25
67	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO DE DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR (EM ANDAMENTO)	50	47
68	REDAÇÃO OFICIAL	30	29
69	RETENÇÃO DE TRIBUTOS SOBRE PRECATÓRIOS/RPV E ALVARÁ ELETRÔNICO – TURMA I	8	21
70	RETENÇÃO DE TRIBUTOS SOBRE PRECATÓRIOS/RPV E ALVARÁ ELETRÔNICO – TURMA II	8	19
71	RETENÇÃO DE TRIBUTOS SOBRE PRECATÓRIOS/RPV E ALVARÁ ELETRÔNICO – TURMA III	8	21
72	RETENÇÃO DE TRIBUTOS SOBRE PRECATÓRIOS/RPV E ALVARÁ ELETRÔNICO – TURMA IV	8	22
73	RETENÇÃO DE TRIBUTOS SOBRE PRECATÓRIOS/RPV E ALVARÁ ELETRÔNICO – TURMA V	8	26
74	SELEÇÃO DE TUTORES À DISTÂNCIA PARA CURSO DIREITOS HUMANOS	43	3
75	TÉCNICA LEGISLATIVA	12	29
76	TEORIA E PRÁTICA NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE PESQUISA	90	143
77	TREINAMENTO DEFENSIVO NA PRESERVAÇÃO DA VIDA, MÉTODO GIRALDI – TURMA II	30	21
ORDEM	EVENTOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
1	CONGRESSO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS NA CONTEMPORANEIDADE "DESAFIOS DO CUIDADO EM ABUSO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS"	16	649
2	I SEMINÁRIO TOCANTINENSE DE JUSTIÇA RESTAURATIVA	10	278
3	II SIMPÓSIO DE PERÍCIA CRIMINAL DO ESTADO DO TOCANTINS	16	410
4	2ª SEMANA DA SAÚDE DE SERVIDORES E MAGISTRADOS – PALESTRA 1: MOTIVAÇÃO E FOCO PARA SUPERAR LIMITES	4	176
5	2ª SEMANA DA SAÚDE DE SERVIDORES E MAGISTRADOS – PALESTRA 2: SUA VIDA EM MOVIMENTO	2	228
6	LANÇAMENTO DA CAMPANHA “HOMEM DE VERDADE NÃO BATE EM MULHER”	5	136
7	MOSTRA CINEMA E DIREITOS HUMANOS (CIRCUITO DIFUSÃO/SESSÃO I) – TURMA I	4	9
8	MOSTRA CINEMA E DIREITOS HUMANOS (CIRCUITO DIFUSÃO/SESSÃO II) – TURMA II	4	5
9	MOSTRA CINEMA E DIREITOS HUMANOS (CIRCUITO DIFUSÃO/SESSÃO III) – TURMA III	4	4
10	OFICINAS DE PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA – TURMA V	30	29

11	PALESTRA“QUALIDADE DE VIDA, TRABALHO E APOSENTADORIA: UMA EQUAÇÃO POSSÍVEL”	2	95
12	PROGRAMA JUDICIÁRIO NA MEDIDA (ARAGUAÍNA) – TURMA I	37	21
13	PROGRAMA JUDICIÁRIO NA MEDIDA (GURUPI) – TURMA I	37	21
14	PROGRAMA JUDICIÁRIO NA MEDIDA (PALMAS) – TURMA I	37	16
15	PROGRAMA JUDICIÁRIO NA MEDIDA (PALMAS) – TURMA II	37	23
16	QUESTÕES CONTROVÉRSIAS NA LEI MARIA DA PENHA	8	479
17	SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRATAMENTO ADEQUADO DE CONFLITOS E II ENCONTRO DOS CEJUSCS	8	411
18	VI CONGRESSO INTERNACIONAL – WORKSHOP CRIMES AMBIENTAIS COMO CRIMES CONTRA A HUMANIDADE	3	24
19	VI CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS EM HOMENAGEM AO SOCIÓLOGO HERBERT DE SOUZA, O BETINHO	24	1066
20	WORKSHOP "MESTRADO PROFISSIONALIZANTE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS"	10	10
21	WORKSHOP PLATAFORMA BRASIL – TURMA III	5	16
22	X DIÁLOGO AMBIENTAL, CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL	16	1223
ORDEM	PÓS-GRADUAÇÃO	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
1	DIREITO CONSTITUCIONAL (EM ANDAMENTO)	380	42
2	ESTADO DE DIREITO E COMBATE À CORRUPÇÃO (EM ANDAMENTO)	360	70
3	PRÁTICA JUDICIÁRIA (EM ANDAMENTO)	465	111
4	TEORIA DA DECISÃO JUDICIAL – TURMA II (EM ANDAMENTO)	372	46
ORDEM	MESTRADO	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
1	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS – TURMA III	600	25
2	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS – TURMA IV (EM ANDAMENTO)	600	25
3	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS – TURMA V (EM ANDAMENTO)	600	25



ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA TOCANTINENSE